POLÍTICA AGRÍCOLA E CONSTRUÇÃO DO IPP

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 11 NÚMERO 2 FEVEREIRO DE 1987

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

12.III.87

BRASIL CORREIO

IMPRESSO

FGV - SAO PAULO
AV. NOVE DE JULHO 2029
01313-SAO PAULO-SP
Bb

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (**Chefe do CEA/IBRE/FGV**)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), Bruno Marcus Rangel Pessanha (**supervisão de pesquisa e pecuária**), Fernando Roberto de Freitas Almeida (**editoração, arroz, feijão e uva**), Fernando da Silva Santiago (**café e amendoim**), Irene Raguenet Troccoli (**milho, aves e suínos**), Janet Fajardo Zaidhaft (**cebola e mamona**), Leila Tendrih de Freitas Almeida (**oleaginosas e trigo**), Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola e cacau**), Martha Macedo de Lima Barata (**cevada, centeio e sorgo**).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (**preços de terras, salários e serviços**), Lúcio Junqueira Campos (**preços recebidos**), Mário Sachs Rabello (**índices e relações de trocas**) e Oraide Terezinha Novaes (**preços de insumos**).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (**secretária**), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Calvalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

Esta edição encontrava-se em fase final de fechamento, quando, em novo pronunciamento à Nação, *o senhor* Presidente da República *anunciou que a combalida economia nacional não poderá pagar, aos bancos particulares, durante determinado prazo, os pesados juros de sua dívida externa.*

Saldar os juros devidos com os superávits comerciais foi viável até há pouco, mas a nova ordem econômica *(ou, talvez, a ausência de um ordenamento), sob a égide do* Plano de Estabilização *e de sua correção de novembro, fez esboroar o frágil castelo de cartas em que parece se ter convertido a economia brasileira.*

O comportamento dos credores é uma incógnita. No âmbito internacional, a situação é diferente daquela de setembro de 1982, quando a débâcle *da economia mexicana trouxe pânico ao sistema financeiro mundial. Não se trata de um* fevereiro negro, *mas as reservas brasileiras, conforme anunciado, foram reduzidas a um montante insatisfatório (acreditam, no exterior, serem menores, ainda) para a garantia do mercado interno.*

Neste contexto de grandes incertezas, a atividade agrícola preocupa, em especial porque dependente de fertilizantes, pesticidas e diversos insumos elaborados à base de matérias-primas importadas. Mesmo no que se refere às próximas regras do intercâmbio internacional dos produtos agrícolas, entrou-se num período altamente nebuloso.

A aproximação do início da colheita de uma safra abundante, que sequer poderá contar com condições adequadas de armazenagem, traz ainda outros problemas, obrigando, por exemplo, à improvisada tentativa de revenda de parte das inoportunas importações de alimentos de 1986.

Para o futuro, apenas dúvidas e tanto mais quanto ninguém é capaz de assegurar quais as regras que prevalecerão na próxima semana.

SUMÁRIO

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Pecuária de Leite 2
- Suinocultura 5

PRODUTOS VEGETAIS E DERIVADOS
- Café 7
- Uva 11

ENSAIO ESPECIAL
- Fumo 12

POLÍTICA AGRÍCOLA E CONSTRUÇÃO DO IPP 18

PRODUTO REAL 21

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 22

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

PECUÁRIA DE LEITE

*O transcurso do período pós-***Plano de Estabilização Econômica,** *no mercado leiteiro/laticinista, foi sempre acompanhado de demonstrações de descontentamento dos produtores, industriais e transportadores, compondo um quadro de insatisfação generalizada para com a atuação governamental.*

A produção de leite, medida em volume entregue às indústrias, manteve-se estagnada na casa dos oito bilhões de litros no período 1978-84 (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 1, janeiro de 1986). No biênio 1985/86, observou-se um agravamento da produção, que declinou (ver Quadro 01), fazendo com que se alargasse o hiato entre a produção interna e o abastecimento.

Cabe destacar que, por se tratar de alimento essencial, de preço relativamente baixo, cresceu a importância do leite dentro da atual estratégia do governo, que se anunciou preocupado com as camadas mais desprovidas da população.

Na linha distributivista, o leite mereceu atenção especial, com o **Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes**, que pretende atender 20,5 milhões de crianças e nutrizes, no período 1986-89 (ver Quadro 02). Recorde-se que os anúncios de seu lançamento, em dezembro de 1985, tiveram de ser interrompidos, ante a **avalancha** de pedidos de prefeitos dos mais diversos pontos do território nacional para a inclusão de seus municípios no programa. Na época, apontou-se que a causa da suspensão da divulgação teria sido o próprio desconhecimento governamental das condições para a sua implantação nas capitais. Se o governo não sabia se dispunha ou não de condições para implantação do **Programa** nas principais metrópoles, como poderia assumir compromissos com prefeitos de municípios interioranos?

Estudo com o objetivo de sanar essa falha, elaborado sob auspícios do **BNDES**, no mês de março, comprovou a procedência da preocupação das autoridades responsáveis pelo **Programa**, ao constatar que várias capitais de estado não apresentavam os requisitos mínimos para a sua implementação: produção de leite em área próxima, estrutura de coleta (posto de resfriamento) e usina de beneficiamento de leite (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 7, julho de 1986). Por coincidência, constatou-se que as maiores deficiências estruturais estavam localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (à exceção do Sul de Goiás), justamente as mais carentes, cujo atendimento constituía objetivo primordial do **Programa**.

QUADRO 01 – BRASIL – VOLUME DE LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS – 1984-86

ANO	VOLUME (mil l)	VARIAÇÃO (%)
1984	8.009.838	–
1985	7.864.954	–1,8
1985[1]	6.420.702	–
1986[1]	6.196.865	–3,8

FONTE – Pesquisa Mensal de Leite, do IBGE.
[1] **Até outubro.**

Por esse motivo, aquelas metas foram consideradas ambiciosas na época do lançamento e mereceram críticas de analistas de mercado, tendo em vista, principalmente, a fase de estagnação vivida pela pecuária leiteira do país na presente década. O seu cumprimento, dentro das etapas previstas, estaria condicionado certamente a grande aumento da produção interna de leite, uma vez que, obviamente, não se pretenderia que o fosse mediante emprego de leite em pó importado. Esta também foi a conclusão do estudo elaborado pelo **Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea)** sobre a necessidade de compatibilização das metas do **Programa** com a oferta interna. Ao verificar que a pecuária tem respondido ao estímulo de preços com incrementos de produção de **10%** a **15%** anuais, o estudo concluiu que a viabilidade do **Programa** estaria no uso adequado desse instrumento.

Em termos práticos, o consumo adicional previsto pelo **Programa**, da ordem de 7,2 bilhões de litros, demandaria o incremento médio anual de 1,8 bilhão de litros, isto é, a percentagem máxima do intervalo indicado pelo **Ipea** sobre a produção de 1984 (11,81 bilhões de litros). Contudo, como no biênio 1985/86, os números da **Pesquisa Mensal de Leite**, do **IBGE**, apontam uma queda de 6% no volume de leite recebido pelas indústrias (sinal de que a produção total terá declinado para 11,34 bilhões de litros, em 1986), as taxas necessárias de crescimento da produção passaram a ser de 9,7% em 1987, 17,6% em 1988 e 25,0% em 1989, para que as metas do **Programa** sejam realmente verificadas (ver Quadro 02). Crescimento, obviamente, de difícil consecução, a menos que se promovam mudanças substanciais na política para o mercado leiteiro/laticinista.

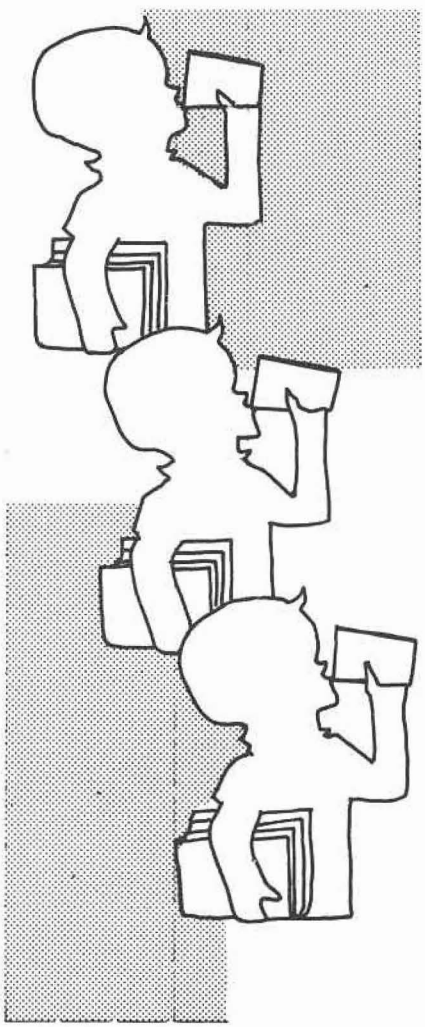
QUADRO 02 – PROGRAMA NACIONAL DO LEITE PARA CRIANÇAS CARENTES – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, CONSUMO ADICIONAL DE LEITE (CAL) E RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE EM 1984 – 1986-89

ANO	BENEFICIÁRIOS (nº de crianças)	CONSUMO ADICIONAL DE LEITE (CAL) (mil l)	CAL/PRODUÇÃO DE 1984[1] (%)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO LEITE SOBRE A PRODUÇÃO DE 1986[2] (%)
1986	1.500.000	246.000	2,05	–
1987	3.000.000	1.095.000	9,12	9,66
1988	6.000.000	2.190.000	18,25	17,61
1989	10.000.000	3.650.000	30,42	24,96
TOTAL	20.500.000	7.181.000		

FONTE – Cadernos Finsocial (BNDES) e FGV/Ibre/Cea.
1 11,8 bilhões de litros;
2 11,3 bilhões de litros (estimativa).

A constatação dessas distorções estruturais, porém, pouca ou nenhuma influência tem tido nas decisões do atual governo que, como os anteriores, parece mais preocupado em **solucionar** problemas conjunturais que tragam dividendos políticos imediatos, do que em atacar as verdadeiras causas da produção insuficiente e da deficiente (ou mesmo inexistente) infra-estrutura laticinista em algumas regiões. Nesse sentido, pode-se dizer que o **Plano de Estabilização Econômica atropelou** o mercado leiteiro/laticinista, ao desconhecer as deficiências básicas evidentes e adiar por mais um ano o início de sua solução.

De fato, as medidas tomadas pelas autoridades federais para solucionar o impasse criado com o congelamento do preço do leite em todos os níveis do mercado e de seus derivados, foram marcantemente **epidérmicas**, com a intenção nítida de **empurrar** o problema para a frente. Subsídio de 30% ao produtor, importação maciça de leite em pó, **butter oil** e queijos e a nomeação de uma comissão interministerial para, num prazo de seis meses, elaborar um programa de desenvolvimento do complexo leiteiro/laticinista, consubstanciaram as decisões para contornar a crise de abastecimento de leite que, já em março, afigurava-se de vulto.



Excetuando-se a decisão meramente burocrática, as providências operacionais tiveram o objetivo idêntico de, transitoriamente, remover empecilhos imediatos nas pontas do mercado. O subsídio visou apenas a **tamponar** movimentos reivindicatórios da parte dos criadores e preservar a imagem do **Plano de Estabilização**, visto que, dada a sua insuficiência como estímulo à atividade, dele não se poderia esperar incremento real da produção (o que, aliás, verificou-se e os dados do **IBGE**, constantes do Quadro 01, comprovam). A importação de leite em pó e de **butter oil** (ver Quadro 03), em quantidade recorde, objetivou, por sua vez, atender os consumidores, tanto a chamada **população-alvo** do programa distributivista, como os habitantes dos grandes centros, que, pelo crescimento da massa salarial, passaram a **engrossar** os contingentes da demanda.

Diferentemente do que ocorreu com o mercado de carne bovina, o governo, com essas medidas, conseguiu realmente superar os meses de inverno, sem grandes transtornos para os consumidores urbanos. Os contratempos observados giraram mais em torno da qualidade do leite distribuído, normalmente bastante depreciada nessas fases em que a proporção de leite reidratado cresce no mercado. Houve também problemas com a partida de leite em pó importada da **Irlanda**, cuja distribuição encontra-se suspensa por medida judicial, em face do nível elevado de radioatividade (241 **becqueréis**) constatado no produto. O aumento do nível máximo de contaminação radioativa aceitável (de 130 para 270 **becqueréis** relativos ao **Césio 137**) determinada pela **Resolução nº 7**, da **Comissão de Energia Nuclear**, ainda não superou o impasse. Mais recentemente, em fins de novembro, houve o **lock-out** dos transportadores e distribuidores de leite, que reivindicavam um aumento de Cz$ 0,18/l para Cz$ 0,45/l, tendo em

QUADRO 03 – BRASIL – IMPORTAÇÃO DE LEITE EM PÓ E DERIVADOS LÁCTEOS 1986 (em t)

DISCRIMINAÇÃO	GOVERNO	INICIATIVA PRIVADA
Leite em pó		
Desnatado	119.000	20.000
Integral	–	24.828
Integral para varejo	–	20.384
Queijos	–	33.185
Butter oil	13.075	–
Manteiga	5.500	–

FONTE – Seap/Cacex/Cobal.

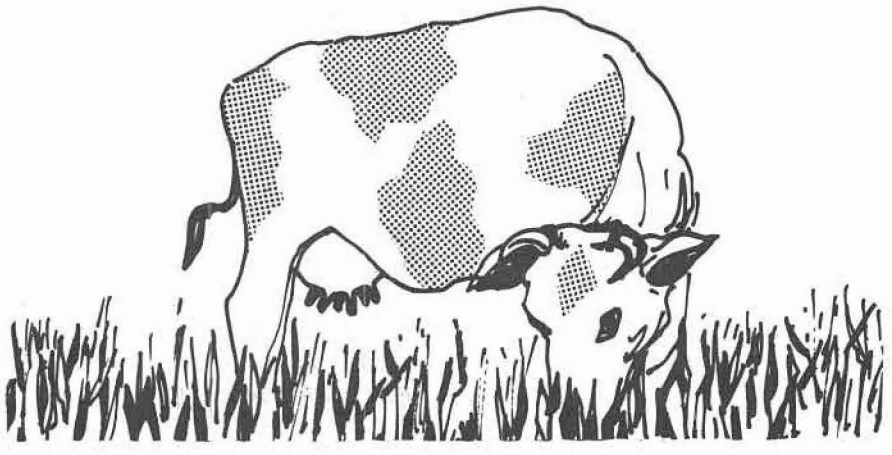
vista o déficit operacional com que vinham atuando. Os reflexos do movimento foram mais fortes em Porto Alegre (queda de 120 mil litros na distribuição diária de leite) e Rio de Janeiro (de 700 mil litros).

Afora fatos desse tipo, considerados meros acidentes de percurso sem maior expressão pelo governo, o transcurso do período **pós-Plano de Estabilização** do mercado leiteiro/laticinista foi sempre acompanhado de demonstrações de descontentamento dos produtores, industriais e transportadores, compondo um quadro de insatisfação generalizada para com a atuação governamental. Neste sentido, pode-se dizer que os representantes desses segmentos têm plena convicção de que, passada a fase de artificialismo mercadológico, marcada por medidas meramente contemporizadoras, terão que voltar a conviver com uma pecuária leiteira mais desarticulada e menos produtiva e com uma disputa mais intensa pelo pouco leite produzido nas bacias leiteiras, por parte das indústrias.

O panorama nada alentador que caracteriza os anos iniciais da segunda metade da década de 80, é bem diferente, aliás, dos correspondentes da década passada (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 7, julho de 1985) que começou também com a atividade leiteira em declínio. Só que as medidas tomadas pelo governo em 1973 (melhoria do preço pago ao produtor e programa de apoio técnico e creditício à pecuária leiteira) reverteram o quadro de desânimo prevalecente no âmbito da produção, que passou a crescer de forma nítida até 1978.

Na atividade, o acionamento do instrumento **preço** como estímulo à produção leiteira veio mais uma vez com um ano de atraso, ratificando a afirmação do chefe do **Serviço de Carne e Leite, da FAO**, de que o Brasil guarda uma nítida **coerência** com os demais países subdesenvolvidos, ao manter uma política inadequada de preços para o leite, produto dos mais importantes da cesta básica de alimentos. Além disso, o reajuste concedido, de 51,5%, ficou ainda 15% abaixo do pleito (Cz$ 4,10/litro) dos produtores, e começa a viger exatamente numa fase de recrudescimento da inflação. Destarte, do ponto de vista dos pecuaristas, os temores de que não haverá o aumento de produção esperado pelo governo em 1987, são fundamentados e, também, de que tanto o suprimento do mercado, como do programa distributivista, dependerão da matéria-prima importada. A respeito, comenta-se que a importação de leite em pó pode alcançar as 200 mil t no corrente ano. A manutenção da isenção do **Imposto de Importação** pela **Comissão de Política Aduaneira**, para o leite em pó desnatado constitui bom indício de que o ritmo das importações não arrefecerá.

Afinal, o que significam um ano, dois, três ou mais anos perdidos para a atividade produtora de leite no país? Para o governo, parece que pouco ou nada, visto que o mercado internacional ainda dispõe de grande quantidade de leite em pó a preços relativamente baixos. Esquecem-se, no entanto, três pontos essenciais: 1) o Brasil dispõe de potencial produtivo capaz de, em prazo médio, atender à demanda interna; 2) os **EUA** e a **CEE** implementam, no momento, política de redução do rebanho especializado e dos estoques de leite e de derivados lácteos, o que acarretará certamente uma alta nos seus preços no curto e médio prazos; e 3) a retomada da produção interna traz não só benefícios de ordem econômica (maior emprego de mão-de-obra no meio rural) mas, também, economia de divisas, escassas e difíceis de serem obtidas no momento.



SUINOCULTURA

Os problemas no abastecimento das carnes em geral não repercutiram de forma tão intensa como seria de se esperar sobre a remuneração dos criadores de suínos. Mesmo assim, o ano foi favorável à atividade.

A carne de suíno não é considerada tão boa substituta da bovina quanto a carne de aves. Passa por processo de industrialização bem mais complexo do que esta última, tem oferta reduzida de cortes *in natura* e preço elevado. No entanto, também apresentou alterações no consumo, este ano, devido à crise do abastecimento das carnes. Aliás, a ampla difusão do consumo dos embutidos gerou pressão de demanda sobre a produção suína e, conseqüentemente, aumentaram-se as quantidades processadas nas indústrias, que chegaram a experimentar certa euforia com a situação do mercado.

O **Plano de Estabilização** criou divergências entre os produtores, frigoríficos e varejistas quanto às margens de lucro, em razão do tabelamento no varejo, provocando dificuldades no abastecimento.

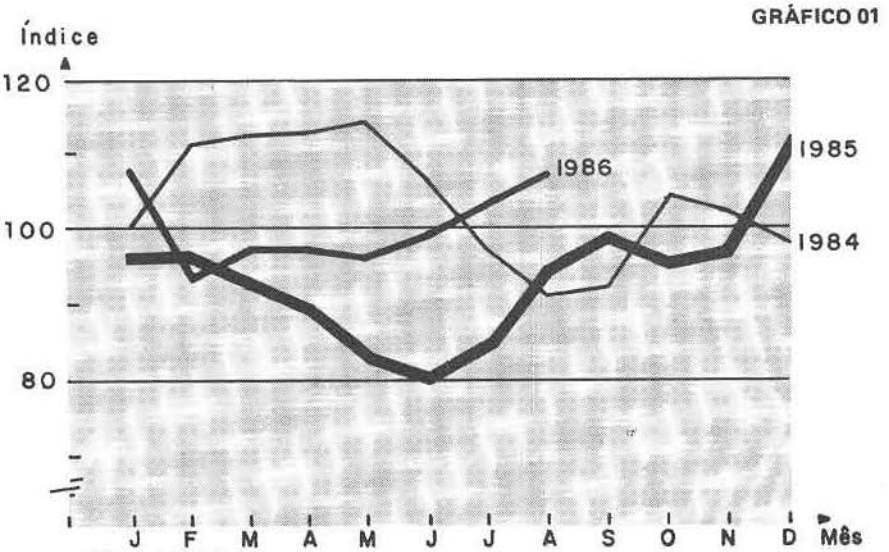
Deve-se ressaltar a ação do governo federal visando a evitar a falta do milho nas regiões de criação. Embora em plena entressafra e num ano em que a produção não foi boa, as autoridades governamentais compraram milho em quantidade suficiente para garantir o funcionamento aos criatórios. Também foram mantidas as importações autorizadas em 1985 e, ao contrário do que ocorreu com outras importações, não se registraram reclamações quanto à qualidade do produto importado.

Nesta conjuntura, diante da escassez de carnes, poder-se-ia supor que os suinocultores estariam recebendo preços bastante remuneradores. Contudo, os preços do suíno gordo para corte, em julho e agosto, na região Sul, foram inferiores, em termos **reais**, aos de dezembro de 1985 e semelhantes aos de janeiro último (ver Gráfico 01). Esta situação se deveu a alguns fatores: a) o inverno, na região Centro-Sul (época em que aumenta o consumo de carne suína), ainda estava no início quando começou a **falta** de carne bovina; b) a substituição da carne de boi pela de porco não se deu imediatamente, até porque o tabelamento da carne de aves havia deixado alguma margem à comercialização, o que manteve uma oferta razoável de frangos, alimento preferido à carne suína.

Apesar destes problemas, a lucratividade dos suinocultores permaneceu, desde o fim do primeiro semestre, em níveis compensadores (ver Gráfico 02). Puderam dispor do milho recém-colhido e do importado, cuja entrada no mercado contribuiu para baixar as cotações do milho brasileiro. Considerando que o **break-even point** da suinocultura nacional é comumente considerado como o preço relativo **suíno/milho** igual a 6,0, tem-se que todos os meses de 1986 foram favoráveis à suinocultura. Mais recentemente, esse indicador demonstrou maior vantagem à atividade. Em meados de outubro, por

REGIÃO SUL – INDICES[1] DOS PREÇOS REAIS[2] MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES – 1984-86[3]

GRÁFICO 01



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

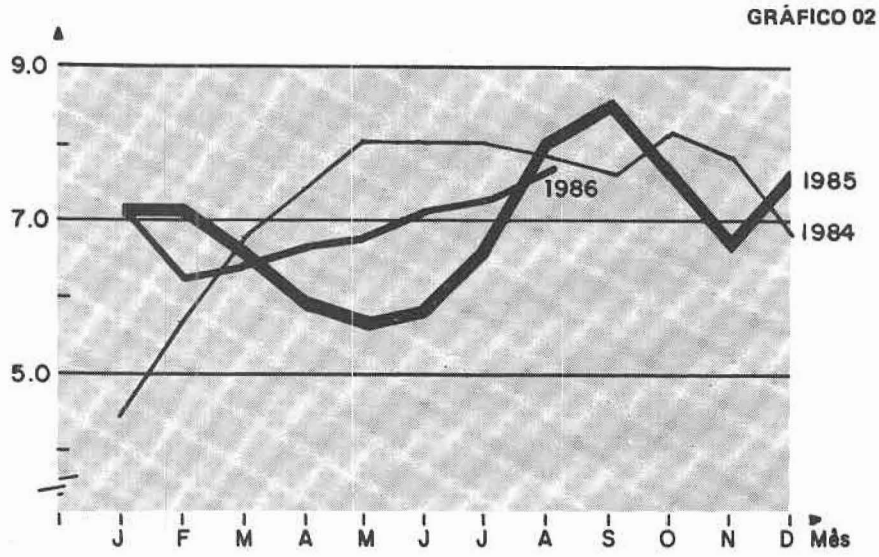
1 Janeiro de 1984 = 100;

2 corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 1984;

3 janeiro a agosto.

REGIÃO SUL – PREÇOS RELATIVOS MENSAIS SUÍNO/MILHO – 1984-86[1]

GRÁFICO 02



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Janeiro a agosto.

exemplo, o **Instituto Sul-Rio Grandense de Carnes** estimava que, ao custo médio de produção de Cz$ 11,50/kg, o criador recebia Cz$ 14,00/kg. Por seu turno, a **Acaresc** avaliava que, na região Oeste de Santa Catarina, os criatórios de boa produtividade (16 terminados/porca/ano e conversão de 3,5:1) conseguiam obter o mesmo preço observado, mas ao custo de Cz$ 8,50/kg.

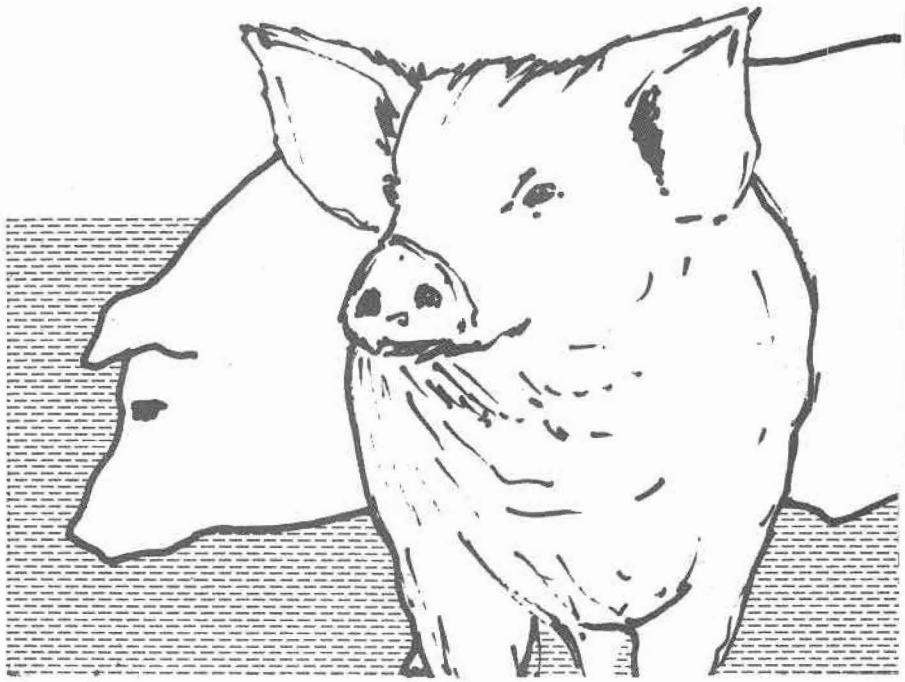
De acordo com o **IBGE**, de janeiro a agosto abateram-se 11% mais suínos do que em igual período de 1985 (ver Quadro 04), levando a produção de carne a se situar em 402 mil t (8,7% a mais). Considerando-se que os abates não fiscalizados cheguem a 40% do total, a produção de carne suína, no período, deve ter atingido 670 mil t. Supõe-se que o ritmo de abates tenha-se intensificado no fim do ano, porque a regularização do abastecimento de carne bovina não se dá antes de janeiro e, também, devido ao tradicional **aquecimento** da demanda à época das festas natalinas. A propósito, nas áreas tradicionais de suinocultura da região Sul, os criadores intensificaram a procura por reprodutores e matrizes e, não raro, terão de esperar até três meses para obterem esses animais.

Para minimizar os problemas de abastecimento, o governo liberou as importações, até dezembro de 1987, para a iniciativa privada. No entanto, houve atraso na chegada das primeiras aquisições (que estavam programadas para serem direcionadas ao consumo no final do ano), e os criadores têm reclamado que a **interiorização** dessa carne se vem dando em época imprópria. As maiores temperaturas da estação estival, associadas à maior oferta sazonal de boi gordo, tradicionalmente ocasionam queda do consumo da carne de porco. Além do mais, a oferta de carne de aves, no início do presente ano, deverá ser significativa, tendo em vista o fato de a produção de pintos de corte no último bimestre de 1986 ter sido de quase 230 milhões de cabeças, 13% a mais do que um ano antes.

QUADRO 04 – BRASIL – ABATES MENSAIS DE SUÍNOS – JANEIRO A AGOSTO E ACUMULADO – 1985 E 1986 (em mil cabeças)

MÊS/ANO	1985	1986
Janeiro	684	789
Fevereiro	672	677
Março	668	663
Abril	645	744
Maio	673	759
Junho	653	755
Julho	737	813
Agosto	783	815
Acumulado	5.415	6.015

FONTE – IBGE.



CAFÉ

A conciliação dos interesses conflitantes dos diversos agentes envolvidos no mercado cafeeiro sempre foi uma difícil missão para o governo. Em 1986, em razão da baixa das cotações internacionais, nenhuma das partes interessadas aceitou que tal redução fosse repassada aos preços internos, sem tentar, antes, transferir o ônus para o governo.

Em 1986, o mercado cafeeiro foi afetado pela estiagem que se verificou na região Centro-Sul, a partir do último trimestre de 1985, que provocou a queda de frutos ainda verdes e pequenos e o aparecimento de grãos chochos e mal formados.

Se, em 1985, a produção de 32,6 milhões de sacas de café beneficiado era 36% maior do que a média dos últimos cinco anos, a de 1986 ficou contida em 11,2 milhões de sacas, representando uma diminuição de 66% em relação à anterior, e de 53% em relação à média dos cinco anos precedentes.

Houve significativas reduções nos rendimentos médios nos principais estados produtores, como São Paulo (60%), Minas Gerais (52%), Paraná (49%) e Espírito Santo (15%).

Ao findar o primeiro semestre de 1986, o governo brasileiro adotou algumas medidas no sentido de reativar as exportações de café (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 10, outubro de 1986). Apesar da pequena produção daquele ano (11,2 milhões de sacas de café beneficiado), o mercado internacional não havia dado sinais de maior interesse pelo café brasileiro, ou seja, a premissa em que se baseava o governo, de que podia encarecer o produto nacional, pois, mesmo assim, encontraria compradores, não se vinha verificando na prática. Os altos preços de exportação exigidos pelo **IBC** vinham na contramão das cotações das Bolsas internacionais, que declinaram continuamente durante a primeira metade do ano passado.

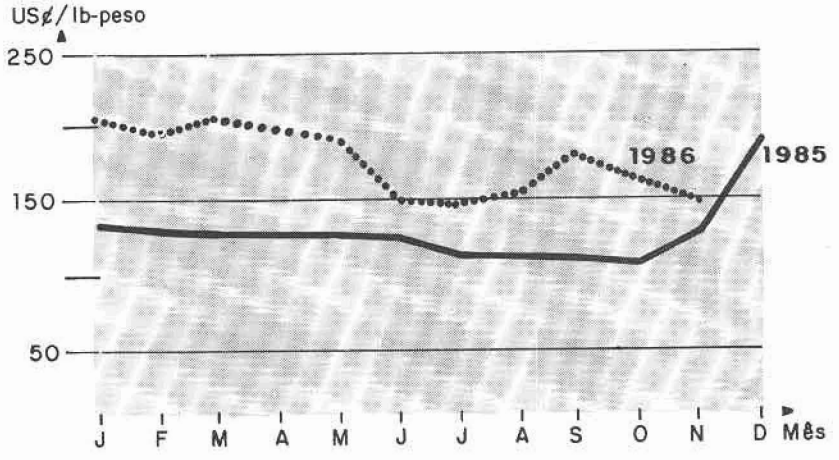
Quando, em julho, o **IBC** determinou que o preço do registro de exportação seria o indicativo da **Organização Internacional do Café**, para o café brasileiro, que tivesse vigorado na antevéspera, seu objetivo era enquadrar a exigência governamental na realidade do mercado brasileiro. Havia também a esperança de que, no segundo semestre, mais precisamente no término do verão do Hemisfério Norte, os torrefadores estrangeiros teriam necessidade de repor seus estoques e, pela nova forma de determinação do preço de exportação, quando esta demanda ocorresse, os preços brasileiros já seriam competitivos.

A reação das cotações, que se observava para os cafés de todas as origens, entre agosto e setembro (ver Gráfico 03), parecia ser o prenúncio da reversão da tendência baixista iniciada em janeiro. Tanto assim, que os representantes brasileiros que participaram da reunião da **Organização Internacional do Café**, em setembro, estavam interessados em deixar preparada a reintrodução das cláusulas econômicas, como um seguro contra quedas de preços, apenas para o futuro, ainda mais que, naquela época, pelo sistema de quotas, o Brasil seria prejudicado na quantidade exportada.

Desde fevereiro de 1986, as cláusulas econômicas que regem o **Acordo Internacional do Café** estão suspensas, deixando o mercado livre do controle de preços e de quotas, devido à alta das cotações, provocada pela estiagem de 1985, no Brasil. Como o preço indicativo da **OIC** precisaria ficar na média de US$ 1,35 por libra-peso por

CAFÉ – PREÇOS INDICATIVOS COMPOSTOS DA OIC (CRITÉRIO 1976)
1985 e 1986 – US¢/libra-peso

GRÁFICO 03



FONTE – Complete Coffee Coverage.

quinze dias, para a reintrodução automática dos controles, as autoridades brasileiras imaginaram que a liberdade de mercado permaneceria até mesmo em 1987, pois os preços mantinham-se bem mais altos, na ocasião.

A divisão da quota global entre os membros produtores, entretanto, tinha que ser revista no início do ano cafeeiro outubro-setembro. Dado que os critérios utilizados para a repartição têm sido a capacidade de produção passada de cada país, baseada em seus estoques, o Brasil tem sido aquinhoado com cerca de 30% do mercado mundial, que corresponde a aproximadamente 17 milhões de sacas de café beneficiado.

Alguns outros países produtores têm reivindicado a capacidade de exportação como critério a ser seguido na determinação das quotas individuais. Neste caso, o Brasil seria o grande prejudicado, uma vez que, devido à quebra da safra de 1986, pouco exportou, deixando de cumprir sua parte.

Os delegados brasileiros presentes à reunião da **OIC**, em setembro, foram intransigentes, exigindo a manutenção da participação brasileira, com a alegação de que a queda da quantidade exportada é um fato transitório, não tendo o país perdido seu potencial de exportação, uma vez que a capacidade de produção a médio prazo não havia sido afetada. De acordo com proposta dos países produtores, no caso das cotações caírem para cerca de US$ 1,30 a libra-peso, deveria haver uma verificação especial de estoques junto a todos os produtores, para a redistribuição das quotas durante o restante do ano cafeeiro. Quando isto acontecesse, o Brasil faria a **declaração de insuficiência**, mas a perda momentânea não significaria abrir mão definitivamente de sua participação da quota global.

No final, não houve nenhum acordo sobre a redistribuição de quotas de exportação para o ano cafeeiro 1986/87, mas ficou acertada uma convocação de emergência dos dezesseis membros da junta executiva, se a média quinzenal dos preços indicativos caísse ao nível de US$ 1,45 a libra-peso.

A preferência dos principais países exportadores recaiu sobre a tentativa de interferir por conta própria no mercado (restringindo a oferta), para manter os preços elevados, não permitindo a reintrodução das cláusulas econômicas. Estas entrarão em cena, quando os preços **despencarem**, sem possibilidades de serem contidos pelos produtores. Neste caso, o sistema de quotas aparece como um seguro contra a depressão do mercado.

A partir de setembro, os preços dos cafés das diversas origens entraram em declínio (ver Gráfico 04) e, entre o final de novembro e o início de dezembro, chegaram mesmo a atingir a faixa que detonaria as cláusulas econômicas do **Acordo Internacional**, mas nada ocorreu, pois havia a crença generalizada na manutenção dos preços relativamente altos para os primeiros meses de 1987.

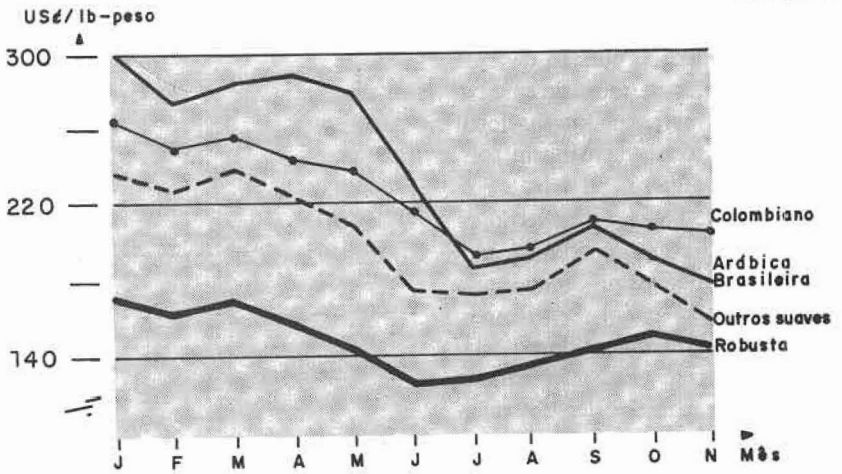
Em 1986, as cotações do café apresentaram-se em declínio, tanto no exterior como internamente, a partir do início do ano. Nos primeiros meses, faziam-se sentir os efeitos da seca brasileira do ano anterior, entretanto, com o passar do tempo, sua influência foi diminuindo.

Tomando-se os preços indicativos da **OIC** de janeiro a novembro (ver Gráfico 05), constata-se que, até junho, o café brasileiro situava-se acima dos demais, passando a uma posição inferior apenas ao colombiano, considerado de qualidade superior, a partir de julho. O café brasileiro sempre encontrou competitividade quando seus preços foram mantidos entre os dos outros suaves e os do robusta, o que não ocorreu, pelos registros oficiais, em nenhum instante do ano. As exportações, ao longo dos doze meses, foram feitas, em boa medida, às custas do **câmbio português**, quando seu custo não se tornava proibitivo para o exportador (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 10, outubro de 1986).

Nos dez primeiros meses do ano, o país exportou 48% menos em quantidade, em relação a igual período de 1985 e, apesar de os preços terem aumentado 77%, a arrecadação caiu 8% (ver Quadro 05). Até então, apenas 8 milhões de sacas haviam sido vendidas, quando a meta do início do ano era de se alcançar 14 milhões de sacas até dezembro. As estimativas brasileiras que consideravam os estoques dos torrefadores estrangeiros diminutos no segundo semestre, e anteviam maio-

CAFÉ – PREÇOS INDICATIVOS MÉDIOS MENSAIS DA OIC – 1986
US¢/libra-peso.

GRÁFICO 04



FONTE – Complete Coffee Coverage.

res vendas, pecaram por subestimar a capacidade de exportação dos países concorrentes, que atuaram de forma agressiva, concedendo descontos a seus clientes.

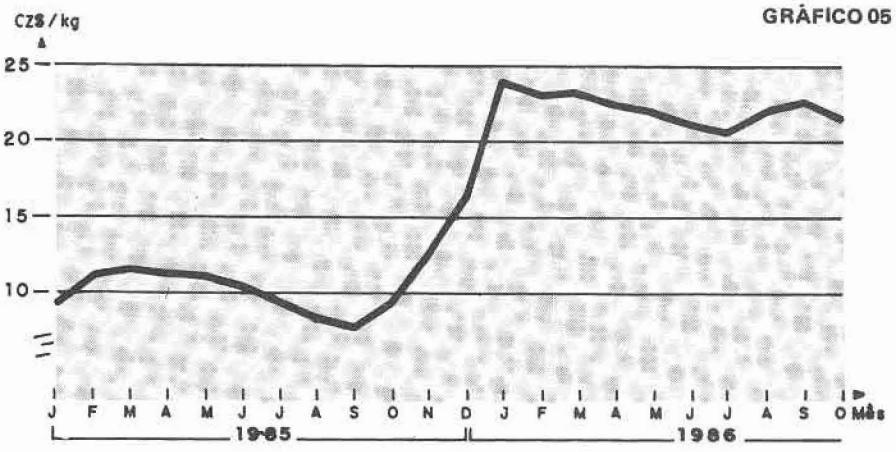
O **IBC** se declarava conformado com o não cumprimento da meta, tanto que, no final do primeiro semestre, havia suspendido os descontos dados aos torrefadores estrangeiros, acertados através de contratos com a autarquia. A necessidade de divisas, diante da redução das reservas cambiais, forçou a volta de tais descontos nos dois últimos meses do ano. Além de uma redução de US¢ 15 por libra-peso concedido nas vendas dos cafés arábicas, o **IBC** também ofereceria uma garantia contra a queda de preços no mercado internacional, que poderia chegar a limite de igual valor.

Seria de qualquer forma impossível atingir a exportação de 4 milhões de sacas pretendidas na época, em apenas dois meses, a não ser com reduções de preços inadmissíveis.

O encarecimento do café internamente elevou os custos dos exportadores de tal forma, que pouco adiantou o **IBC** ter atrelado os preços de exportação aos indicativos da **OIC**, dado que estes continuaram elevados relativamente aos demais. De julho a outubro, as exportações caíram em média 28%, em relação aos seis primeiros meses do ano, apesar da redução de 25% nos preços.

CAFÉ EM COCO – PREÇOS RECEBIDOS PELO AGRICULTOR – Cz$/kg
(Preço de março de 1986)

GRÁFICO 05



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

Os cafeicultores brasileiros majoraram seu produto em 10%, em termos reais (a preços de março de 1986, corrigidos pelo **IGP-DI**) na média dos dez meses de 1986, relativamente à média dos doze meses de 1985 (ver Gráfico 05). É bem verdade que, no final do ano, esses preços já eram inferiores aos que vigoraram no início. Por exemplo, entre o primeiro semestre de 1986 e os quatro meses seguintes, observa-se a redução de 5%, em termos reais, e as informações dos últimos dois meses davam conta de tendência de queda acentuada.

Igualmente no varejo, considerando-se a média dos preços do quilo do café torrado e moído, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, conjuntamente, houve elevação de mais de 34% nos preços reais, tendo passado de Cr$ 73.050 para Cz$ 98,24. Da mesma forma, entre os seis primeiros meses e os quatro últimos, houve redução nos preços reais, de mais de 11%.

Conciliar os interesses conflitantes dos diversos setores cafeeiros sempre foi uma missão difícil para o governo. Em 1986, devido à queda nas cotações internacionais, nenhum desses segmentos aceitou que tal redução fosse repassada para os preços internos, sem antes tentar transferir o ônus para o governo.

QUADRO 06 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ (VERDE + SOLÚVEL)

MÊS	1985			1986			Δ % 1986/1985		
	Quantidade (Sc/60 kg)	Valor (US$ 1.000)	Preço (US$/Sc)	Quantidade (Sc/60 kg)	Valor (US$ 1.000)	Preço (US$/Sc)	Quantidade (Sc/60 kg)	Valor (US$ 1.000)	Preço (US$/Sc)
Jan	1.012.304	142.105	140,4	548.558	95.878	174,8	–46	–33	25
Fev	1.402.328	226.574	161,6	1.090.840	294.619	270,1	–22	30	67
Mar	1.941.838	321.562	165,6	1.607.410	475.057	295,5	–17	48	78
Abr	1.734.189	270.276	155,8	875.375	250.752	286,5	–50	–7	84
Mai	1.900.765	269.827	142,0	783.141	220.097	281,3	–59	–18	98
Jun	1.590.612	201.410	126,6	487.392	116.368	238,7	–69	–42	88
Jul	1.537.079	180.916	177,7	514.006	95.297	185,4	–67	–47	4
Ago	1.228.984	150.954	122,8	556.558	103.199	185,4	–55	–32	51
Set	1.430.403	177.414	124,0	1.023.040	209.997	205,3	–28	18	66
Out	1.592.665	194.086	121,8	504.846	100.842	199,7	–68	–48	64
Total	15.371.167	2.135.124	138,9	7.991.166	1.962.106	245,5	–48	–8	77

FONTE – IBC.

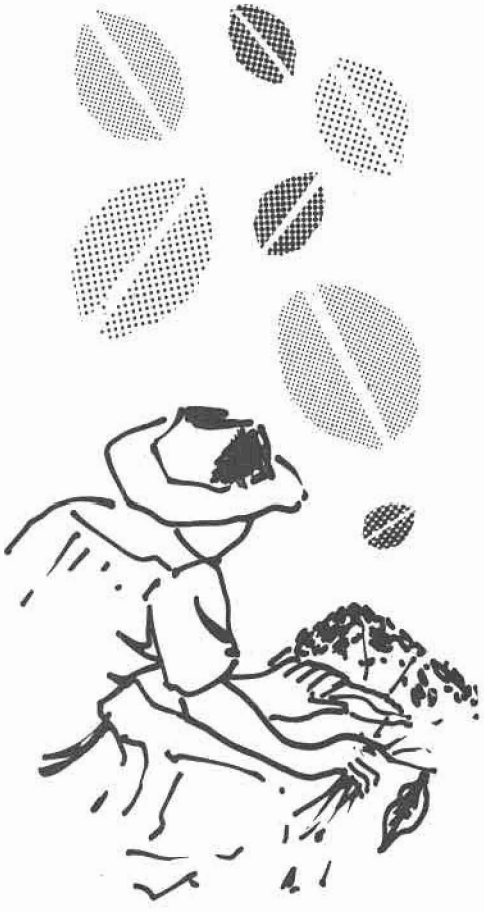
A elevação do preço do café no interior comprime não somente a margem de lucro dos exportadores como, também, a da indústria de torrefação. Quando, em outubro, o governo decidiu importar cerca de 600 mil sacas de café robusta, pretendia, além de elevar as cotações internacionais, também subsidiar os torrefadores do país, que alegavam não encontrar mais o café beneficiado a Cz$ 2.720,00 a saca de 60 kg, conforme **acordo de cavalheiros** firmado com os fornecedores de matéria-prima, de modo a viabilizar o preço congelado no varejo. Aliás, independentemente das importações, o **IBC** já havia começado a abrir seus estoques para garantir a manutenção do tabelamento. A interrupção do movimento altista, que se observava de julho a setembro, tornou desnecessária a atuação do governo nesse sentido.

A indústria de café solúvel também foi beneficiada em 1986, com recursos governamentais para fazer face à gravosidade das exportações de algumas de suas empresas, graças a um voto do **Conselho Monetário Nacional**, de 1982, para esses casos.

Diante do aumento dos custos de produção, que tendem a se elevar cada vez mais, em decorrência do processo inflacionário e, também, da redução dos preços externos, que se devem acomodar em patamares mais reduzidos, à medida que a produção brasileira for aumentando (haja vista a diferença de preços nos últimos dois anos, como se vê no Gráfico 05), o governo ver-se-á compelido a atuar através da política cambial no sentido de transformar os poucos dólares arrecadados com o café, em muitos cruzados, internamente.

No final do ano, praticamente todos os setores cafeeiros não só clamavam por uma desvalorização cambial, como alguns até pediam a instituição de um **câmbio-café**, para que recebessem um tratamento especial, que considerasse o custo da produção.

A desvalorização cambial seria uma medida capaz de atender os interesses



simultâneos dos vendedores e dos compradores da matéria-prima.

Apesar dos preços mais altos auferidos pelos cafeicultores, quando se comparam os dois últimos anos, e do aumento do preço mínimo de garantia do **IBC**, que, por exemplo, no caso do café **tipo 6** para melhor bebida isenta de gosto **Rio-Zona**, passou de Cr$ 932.382 por saca, em fevereiro, para Cz$ 2.650,00, em agosto (aumento de 184%), a atividade não recebeu do governo a mesma atenção do ano anterior, no que diz respeito ao crédito de custeio. O **VBC** que, normalmente, é estabelecido no mês de julho, ainda não havia sido determinado no final de 1986, tendo ficado os agricultores obrigados a cobrir, com recursos próprios, as despesas de capina, adubação e combate a pragas, além das despesas com a colheita.

Mesmo o preço mínimo de Cz$ 2.650,00 por saca de 60 kg do café **tipo 6** representava em torno de Cz$ 2.100,00 em termos líquidos, no final do ano (depois dos descontos de **ICM, Funrural**, sacaria e transporte), situando o preço de compra do governo pouco abaixo do de mercado.

Diante dos aumentos dos salários no campo, ocorridos no ano, além da cobrança de **ágio** por alguns insumos, o pequeno produtor não conseguiu reter o café por muito tempo, o que contribuiu também para a redução dos preços nos últimos meses.

O ano de 1987 já se inicia com uma profunda modificação no âmbito governamental, decretada em novembro último, com a reestruturação do **Instituto Brasileiro do Café** e a criação do **Conselho Nacional da Política Cafeeira (CNPC)**, órgão integrante da estrutura organizacional do **Ministério da Indústria e do Comércio**, com a finalidade de assistir o **Ministro de Estado** na formulação das políticas cafeeiras.

O **CNPC** é presidido pelo **Ministro da Indústria e do Comércio** e integrado por dez representantes da lavoura, seis do comércio exportador do café, dois da indústria de torrefação e moagem de café e dois da indústria de café solúvel.

O retorno, também em novembro, da quota de contribuição sobre as exportações de café, no lugar do **Imposto de Exportação**, traz de volta os recursos das vendas externas de café, que haviam ficado sob o controle do **Ministério da Fazenda**, para o âmbito do **MIC**, já que os valores arrecadados serão depositados no **Banco do Brasil**, em conta do **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira**, gerido pelo **Ministério da Indústria e do Comércio** com o auxílio do **CNPC**, para aplicação em vários segmentos ligados à produção e comercialização do produto.

Fica, assim, transferida para o setor privado, boa parte das decisões sobre a política cafeeira que antes cabiam ao governo. Resta agora saber se os interesses conflitantes das partes envolvidas serão resolvidos pelo **CNPC** e se os custos das políticas a serem traçadas finalmente não mais recairão sobre o governo.

UVA

O novo preço mínimo da uva foi motivo de negociações. Iniciada a colheita, não está sendo adotado e a **CFP** *não preparou nenhuma operação de compra. Com uma produção menor da fruta e o consumo do vinho ainda em crescimento, apesar do fim do tabelamento, especula-se quanto a importações da bebida.*

A colheita da uva está-se iniciando nos estados do Sul e em São Paulo e Minas Gerais. Os parreirais paulistas e mineiros serão colhidos até abril, e os dos demais estados, março (Pernambuco, cuja área de plantio mais do que triplicou nos últimos oito anos, encerra a colheita em dezembro).

A safra anterior, prejudicada pela estiagem (ver Quadro 06), teve qualidade excepcional e se sabe que não será igualada, desta vez. Como o inverno gaúcho, em 1986, não foi frio, as parreiras não brotaram o que se desejava. Desde então, tinha-se como certa a redução da quantidade produzida (o **IBGE** estimou a produção, em janeiro, englobando as uvas de mesa, 8,6% superior à frustrada safra do ano passado). No que se refere à qualidade, será prejudicada porque, nos meses de dezembro e janeiro, durante a maturação, houve excessiva umidade na serra gaúcha, muita precipitação e escassa luminosidade. Isto trouxe problemas às variedades brancas precoces e deverá afetar outros tipos, resultando, também, em dificuldades para a vinificação. Segundo a **Uepae**, da **Embrapa**, em Bento Gonçalves, a redução da qualidade não será percebida pelo consumidor de vinho, pois, como se pratica o **corte** dos vinhos (mistura de diferentes safras) e há estoques de safras passadas nas cantinas, o problema será contornado, este ano.

Em termos de mercado, no final de dezembro, o **Ministério da Agricultura** aprovou, *ad referendum* do **Conselho Nacional de Vitivinicultura** (com representantes do governo, de produtores, indústrias, comércio e consumidores), o preço mínimo para a uva, de Cz$ 1,60/kg. No entanto, com a expectativa do retorno de altas taxas de inflação, supunha-se que o preço fixado seria o proposto pelos produtores e industriais, de Cz$ 2,30/kg. No mês de janeiro, após negociações, acabou sendo o preço adotado.

A menor produção de uva desta safra e o aumento do consumo do vinho têm permitido aos produtores uma remuneração mais elevada. De fato, no início do ano, a **Companhia de Financiamento da Produção** calculava que as indústrias detinham tão-somente 94 milhões de litros de vinho em estoque, cerca da metade do que possuíam em janeiro de 1986. Isto tem levado a maior demanda da fruta, por parte dos fabricantes de vinho, o que deixa a **CFP** ausente do mercado, como compradora.

De acordo com a **Embrapa**, caso o consumo do vinho continue **aquecido**, os estoques finais poderão ser os menores dos últimos tempos. Estes estoques são considerados **normais** quando se situam em torno de 180 milhões de litros. Considera-se possível que, no fim do ano, se disponha de somente 30 milhões de litros.

Em São Paulo, segundo maior estado produtor, de acordo com a **Casa da Agricultura**, de Jundiaí, a safra não apresenta problemas. Contudo, dos 22 milhões de pés plantados, apenas 10 mil são de uvas finas. A região, que engloba oito municípios, é majoritariamente produtora de uvas de mesa (colhe cerca de 70% da variedade **niagara rosada** do estado). O **IBGE** ainda não terminou o levantamento para a primeira estimativa da safra paulista.

Dos demais produtores, só o Paraná deverá reduzir a safra, colhendo menos 14% do que em 1986. Santa Catarina aumentará a produção para 66.930 t (mais 2,73%) e Pernambuco para 11.680 t (6,2% a mais).

Se, quanto aos preços, a situação parece atraente, devendo propiciar maior interesse pelo plantio da videira, para 1988, teme-se pelo abastecimento do mercado interno. No ano passado, falou-se em importação de vinho argentino, que acabou não ocorrendo. Agora, com a redução da oferta de uva, voltam estes rumores.

QUADRO 06 – UVA – BRASIL – SAFRAS 1984/85 E 1985/86

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Rio Grande do Sul	39.207	39.826	502.326	392.798	12.812	9.863
São Paulo	8.667	8.914	101.110	96.895	11.666	10.870
Santa Catarina	5.781	5.815	75.642	65.154	13.085	11.204
Paraná	2.234	2.230	21.529	21.927	9.637	9.833
Pernambuco	730	751	7.723	10.996	10.579	14.642
Outras	1.238	947	6.649	2.005	5.371	2.117
BRASIL	57.857	58.483	714.979	589.775	12.358	10.085

FONTE – IBGE.

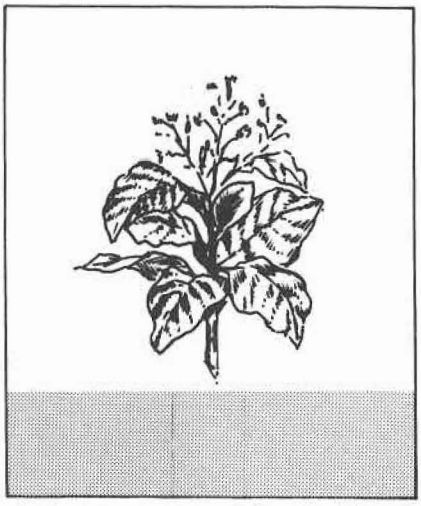
FUMO

Observando-se a origem das importações dos principais consumidores do fumo brasileiro, fora os **EUA**, *tem-se a impressão de que o Brasil* **avança** *na retração da posição norte-americana no mercado mundial, o que, se não for coincidência, cria uma situação instável e delicada.*

A lavoura do fumo está presente em todos os continentes, disseminada por cerca de cem países, incluindo nesse rol desde as duas principais economias capitalistas (**EUA** e **Japão**), até os mais pobres países do **Caribe**, **África** e **Ásia**, passando pela nação líder das economias planificadas (**URSS**). Essa distribuição tão **democrática** da produção justifica-se pelos inúmeros atrativos que o cultivo oferece, como a geração de emprego, pois é uma lavoura que utiliza mão-de-obra de modo intensivo e cujo beneficiamento da folha ainda pode ser feito artesanalmente; tem retorno econômico rápido, já que seu plantio não exige prazo de maturação longo (como, por exemplo, cacau e café); e é importante fonte de receita tributária (via impostos) e de divisas.

Os países subdesenvolvidos têm sido — e tudo indica que continuarão sendo — a mola propulsora da expansão dessa atividade, na medida em que a alta remuneração paga pelo trabalho manual nas economias industrializadas tira a competitividade da mercadoria e torna excessivamente onerosa a política de sustentação de preços. Acrescente-se, ainda, que o consumo, estagnado nos países ricos e incipiente nos do Terceiro Mundo, deverá levar ao aumento da produção nesses últimos.

Dados preliminares indicam que a safra mundial de fumo em folhas, em 1986, deverá situar-se em torno de 6,5 milhões de t, 4% a menos do que a colheita precedente, e um número bastante próximo à quantidade de 1984. Segundo o **Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA)**, três dos quatro maiores produtores mundiais (**China**, **EUA** e **Brasil**) deverão ter suas safras diminuídas. Em termos absolutos, a perda mais significativa será na produção chinesa, aproximadamente 170 mil t (o mesmo que a **Turquia**, sexto produtor mundial, colhe numa safra). O declínio no **Brasil**, porém, ao que tudo indica, deve-se às condições climáticas negativas que afetaram o Sul do país em fins de 1985 e início de 1986, haja vista que houve expansão da área plantada (3%) enquanto se espera uma perda na produção de 6%. O caso norte-americano revela-se o mais preocupante (ou auspicioso, dependendo da ótica), pois em virtude do declínio real dos preços de suporte e das baixas quotas do mercado, a área plantada atingiu o mais baixo nível desde 1876 e a expectativa de colheita é a menor, pelo menos, nos últimos 27 anos.



A despeito das marchas e contramarchas que possam afetar o cultivo do fumo, como de resto de todos os produtos agrícolas, ou seja, condições climáticas propícias/adversas, política agrícola e fatores conjunturais, os índices de produção revelam que a cultura expandiu-se, e muito, nos últimos quinze anos, estando atualmente num patamar de 6,5 milhões de t/ano, contra 4,5 milhões de t/ano em 1970. Os dados apontam, ainda, no momento, para uma certa estabilidade do total colhido, mas com tendência geral de incremento; em favor dessa posição, pode-se dizer que o pico de produção, em 1982, associado à retração do consumo causada pela crise econômica, propiciou a formação de estoques elevados até hoje não utilizados de todo, o que teria levado a uma estagnação temporária da produção como conseqüência do declínio de preços (ver Quadro 07). Além disso, os baixos níveis de consumo *per capita* de cigarros nos países em desenvolvimento, se comparados ao das nações economicamente mais fortes, permitem vislumbrar um grande potencial para o mercado.

Atuando em sentido inverso estão o maior aproveitamento da folha, a expansão do uso do cigarro **light** (que contém menos matéria-prima) e a estabilização do consumo nos países industrializados por força das campanhas antitabagistas.

Há, evidentemente, diferenças entre os tipos de fumo produzidos nos vários países, porém, basicamente, a produção concentra-se em três varieda-

QUADRO 07 – FUMO EM FOLHAS – PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – ÍNDICE DE PRODUÇÃO – 1970-85 (1970 = 100)

PAÍS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
África do Sul	100	94	90	85	98	80	98	121	131	143	104	83	104	111	104	117
Argentina	100	94	111	111	148	147	141	106	80	88	80	65	88	95	100	78
Brasil	100	101	98	100	133	177	158	206	219	266	232	208	251	251	266	263
Bulgária	–	–	100	89	92	102	106	75	74	102	86	89	101	98	89	80
Canadá	100	101	84	116	116	105	81	104	115	78	107	111	72	110	91	87
China	100	105	109	124	128	124	127	128	126	122	110	194	269	194	232	301
Coréia do Sul	100	113	206	197	170	185	198	257	239	198	164	155	205	179	167	134
EUA	100	90	92	92	104	114	112	100	106	80	94	108	103	75	90	79
Filipinas	100	71	55	87	79	78	90	85	80	86	76	82	92	108	111	77
Grécia	100	95	94	101	90	131	156	132	145	142	130	141	147	146	156	155
Índia	100	107	124	110	137	108	104	124	146	135	130	143	155	176	146	140
Itália	100	96	107	119	118	145	138	140	140	174	160	167	182	185	204	223
Japão	100	99	96	105	100	110	110	115	114	102	94	91	93	92	90	77
Malauí	100	119	139	137	123	157	171	265	230	288	250	227	264	322	309	346
México	100	93	89	92	103	95	102	102	106	121	125	112	119	100	76	85
Tailândia	100	103	114	109	120	142	153	173	188	166	190	170	194	210	181	171
Turquia	100	116	120	100	136	133	216	166	195	145	152	112	143	152	118	117
URSS	100	106	91	118	121	111	112	119	109	117	113	106	112	116	148	146
Zimbábue	-	–	100	76	110	122	142	114	116	157	171	95	128	134	171	149
MUNDO	100	99	104	106	115	121	125	126	131	120	115	132	151	133	145	152

FONTE – Foreign Agriculture Circular.

des: **flue-cured, burley** e **oriental**, responsáveis por cerca de 80% do total. Dos três, o mais cultivado é o **flue cured**. A tendência ao cultivo de fumos claros data do fim dos anos 40, quando se difundiu o consumo de cigarros mais leves, até então quase um hábito só dos americanos. Em 1970, 48% da produção mundial eram de fumos claros; em 1985, esse percentual tinha evoluído para 64%. Numa década e meia, enquanto a produção global teve incremento de 50%, a de fumos claros cresceu 100% (ver Quadro 08).

A lavoura, apesar de disseminada, tem altos índices de concentração. Assim, os quatro maiores produtores mundiais detêm aproximadamente 55% da produção total. Quando se separa essa investigação por variedade, os percentuais aumentam: no caso do **flue-cured, China, Índia** e **Brasil** respondem por 75% da produção e no caso do **oriental, URSS, Turquia, Grécia** e **Bulgária** produzem 80% desse tipo de fumo (ver Quadro 09).

No comércio do tabaco, expressiva quantidade produzida não significa, necessariamente, importância no comércio internacional, pois países como a **China, URSS, Japão** e **Polônia** praticamente não participam do mercado externo, destinando sua produção quase tão-somente para o consumo interno. De fato, a comercialização do fumo tem esta característica interessante: das cerca de 6,5 milhões de t colhidas anualmente, apenas 1,5 milhão integram a pauta de exportação dos países produtores.

Essa relação produção/exportação tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, ou seja, exporta-se atualmente, em termos percentuais, o mes-

QUADRO 08 – FUMO – PRODUÇÃO MUNDIAL DAS PRINCIPAIS VARIEDADES 1970-85 (em mil t)

ANO	FLUE-CURED	BURLEY	ORIENTAL	OUTROS	TOTAL
1970	1.787	411	739	1.612	4.549
1971	1.779	394	769	1.536	4.478
1972	1.850	497	765	1.498	4.610
1973	1.999	430	785	1.629	4.843
1974	2.188	495	802	1.689	5.174
1975	2.314	563	...	...	5.369
1976	2.278	582	–	–	5.573
1977	2.258	579	–	–	5.450
1978	2.365	595	–	–	5.616
1979	2.471	562	918	1.436	5.387
1980	2.407	574	877	1.331	5.189
1981	2.974	649	809	1.498	5.930
1982	3.531	756	893	1.591	6.771
1983	3.008	719	900	1.429	6.056
1984	3.249	773	954	1.539	6.515
1985	3.707	687	937	1.515	6.846

FONTE – Agroanalysis, vol. 9, nº 1, janeiro de 1985 e Foreign Agriculture Circular, USDA.

QUADRO 09 – FUMO EM FOLHAS – PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – DISCRIMINAÇÃO DAS VARIEDADES PRODUZIDAS 1985 (em t)

PAÍS	FLUE-CURED	%	BURLEY	%	ORIENTAL	%	OUTROS	%	TOTAL
Brasil	257.000	65	42.000	10	–	–	98.000	25	397.000
Bulgária	18.420	15	5.620	4	102.900	81	–	–	126.940
China	2.075.000	90	28.000	1	–	–	214.300	9	2.319.600
EUA	363.010	53	260.044	38	–	–	62.640	9	685.694
Grécia	–	–	30.341	21	117.750	79	–	–	148.466
Índia	109.400	23	–	–	–	–	361.500	77	472.800
Indonésia	41.286	29	–	–	–	–	103.202	71	144.488
Itália	44.847	27	50.773	31	30.321	18	40.550	24	166.491
Japão	66.400	57	20.500	18	–	–	29.300	25	116.200
Polônia	35.000	32	4.900	4	–	–	71.165	64	111.065
Turquia	–	–	–	–	175.697	100	–	–	175.697
URSS	2.000	–	2.000	–	372.000	99	–	–	376.000
Zimbábue	105.556	97	3.125	3	–	–	–	–	108.711

FONTE – Foreign Agriculture Circular.

mo que em 1979, pois o índice de crescimento da exportação mundial, de 44% (ver Quadro 10), foi próximo ao do aumento da produção (52%).

Isso não quer dizer, em absoluto, que o mercado mundial tenha ficado inalterado no período. Muito pelo contrário, houve significativas mudanças, propiciadas pela perda de importância dos **EUA** como produtor e pelo declínio relativo de suas exportações, cuja evolução ficou bem abaixo da média mundial. A participação norte-americana na quantidade produzida decaiu de 866.794 t, em 1970, para 685.694 t, em 1985, enquanto suas vendas externas aumentaram de 234.194 t para 249.015 t, no mesmo período. O custo da mão-de-obra, evidentemente, afetou a competitividade do produto norte-americano com efeitos perversos no desempenho das safras. Contudo, essa situação pode ser revertida, na medida em que, como é do conhecimento geral, o país detém os maiores estoques internacionais do produto e que sua capacidade de subsidiar a agricultura é quase inesgotável, podendo, portanto, se quiser e lhe convier, derrubar os preços do mercado internacional por excesso de oferta, tornando economicamente inviável a produção em qualquer dos seus competidores, como recentemente observado em **Agroanalysis** (vol. 10, nº 5, maio de 1986).

O mercado mundial de fumo movimenta, como já citado, cerca de 1,5 milhão de t/ano e, se bem que de forma menos acentuada, apresenta também alto índice de concentração, pois os dez maiores exportadores mundiais detêm aproximadamente 70% do comércio. Apenas **Estados Unidos da América** e **Brasil** respondem individualmente por mais de 10% de participação; os demais têm percentagens pouco expressivas. A **Grécia** lidera o **ranking** dos países exportadores de fumo oriental e escuro, com cerca de 7%, percentual muito próximo do que tinha em 1970 (6,5%); já **Turquia** e **Bulgária** perderam espaço no comércio internacional dessas variedades. De uma maneira geral, os **EUA** continuam à frente dos negócios de fumo em folhas, porém seu declínio é evidente. Em 1970, detinham uma fatia de 24% do comércio mundial de tabaco em folhas. Em 1985, esse índice caiu para 17%, sendo o espaço aberto preenchido pelo **Brasil, Itália, Zimbábue** e **Malauí**, que, no período 1970-85, mais do que dobraram sua participação no mercado internacional (ver Quadro 11).

Com exceção do **Zimbábue**, cujo crescimento das vendas externas deveu-se não fundamentalmente à expansão da produção, mas à retomada de mercados perdidos quando da sua independência do **Reino Unido**, os outros três países conjugaram excelentes desempenhos na produção com incrementos de vendas externas.

A *performance* brasileira, por exemplo, foi excelente, com a produção e as exportações crescendo num ritmo mais acelerado do que o mundo como um todo, permitindo que o país evoluísse da posição de quinto produtor mundial para quarto, superando a **URSS**, passasse da quinta posição como exportador para segundo e aumentasse sua participação no mercado de 5,5% para 11,5% em apenas quinze anos. A própria estrutura da produção nacional (60% de **flue-cured**) – não por acaso, bastante adequada às exigências internacionais – facilita o acesso ao mercado externo, pois aqui, como no resto do mundo, privilegia-se a produção do fumo curado em estufa.

Longe de uma coincidência, a reorganização ocorrida na produção brasileira nas décadas de 60 e 70 (até então predominava o cultivo de fumos escuros) aparenta muito mais uma estratégia que alia senso de oportunidade, percepção de tendência de mercado e um pouco de sorte. Em 1965, a

QUADRO 10 – FUMO EM FOLHAS – PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – ÍNDICE DA QUANTIDADE EXPORTADA – 1970-85 (1970 = 100)

PAÍS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
África do Sul	100	82	93	100	71	56	97	55	66	49	64	54	35	31	56	64
Argentina	100	114	141	75	51	236	177	170	166	155	124	121	188	209	179	104
Brasil	100	112	119	119	171	186	196	198	215	257	263	272	305	325	344	367
Bulgária	100	107	107	118	119	122	121	120	106	123	120	111	103	104	106	106
Canadá	100	104	117	97	115	90	88	80	111	132	66	113	98	82	89	80
Coréia do Sul	100	76	68	119	221	238	226	261	266	182	181	203	169	175	161	156
EUA	100	93	119	121	128	111	114	124	137	111	117	114	111	102	105	106
Filipinas	100	120	100	88	89	100	73	67	63	71	53	77	69	54	56	47
Grécia	100	90	117	71	104	78	86	82	108	86	109	134	111	127	153	131
Índia	100	116	166	173	168	163	166	157	157	138	153	219	204	174	168	135
Itália	100	136	202	275	581	530	482	365	395	518	418	682	872	720	871	765
Malauí	100	125	138	151	156	176	181	266	270	288	322	207	253	216	323	328
México	100	100	136	168	245	162	164	170	242	269	251	167	167	149	123	86
Tailândia	100	119	164	149	136	159	199	252	268	305	352	330	341	321	320	285
Turquia	100	110	168	147	152	89	102	84	104	94	113	177	142	94	94	139
Zimbábue	100	141	172	203	219	234	250	188	237	189	309	364	250	328	271	308
MUNDO	100	103	125	127	144	131	135	131	145	140	137	151	149	141	145	144

FONTE – Foreign Agriculture Circular.

Rodésia (atual **Zimbábue**), segundo exportador de fumo tipo **Virgínia**, sofreu embargo do **Reino Unido** nas suas exportações de tabaco; quase simultaneamente, uma profunda remodelação no sistema tarifário da **CEE** permitiu a livre circulação de cigarros por todos os países-membros, o que levou algumas empresas americanas a se sediarem em países da **Europa Comunitária**, expandindo ainda mais o consumo de cigarros fabricados com fumos claros. O **Brasil** prontamente preparou-se para tirar proveito dessa situação. Em 1960, Bahia e Alagoas (produtores de fumos escuros) respondiam por 80% da produção nacional, enquanto o Sul do país (produtor de fumos claros) ficava com 20%. Em 1970, o quadro já se havia invertido e o Sul detinha 51% da colheita brasileira. Daí em diante, a tendência fortaleceu-se e, em 1980, os fumos claros eram responsáveis por 77% do total produzido.

O resultado da **Itália** foi igualmente significativo, especialmente no que respeita às vendas externas: crescimento de 665% (11.116 t em 1970, 85.013 t em 1985) enquanto a colheita expandiu-se de 78.460 t para 166.491 t em igual período. A despeito da rapidez com que a **Itália** vem invadindo o mercado, a posição brasileira não deve ser afetada, haja vista que a variedade **flue-cured** representa apenas 27% (cerca de 45 mil t) da produção italiana.

Já o **Zimbábue**, além de ser pólo em expansão, concorre na mesma faixa do Brasil, pois a produção preponderante no país é a do **flue-cured**. O caso do **Zimbábue** tem ainda uma agravante, na medida em que o fumo é seu principal produto de exportação, o que permite ao país desvalorizar sua moeda sistematicamente, barateando o seu tabaco externamente, ao tempo em que preserva os ganhos de exportação, tudo isso sendo feito com menos danos do que em países onde a economia é mais diversificada.

O mercado mundial para o **flue-cured** representa algo em torno de 670 mil t/ano. **EUA** e **Brasil** respondem por mais de 40% do comércio, secundados por **Zimbábue** e **Índia**. De 1980 a 1985, os **Estados Unidos da América** perderam posição para o **Brasil**. Enquanto, nesses seis anos, as exportações brasileiras da variedade cresceram cerca de 40%, as dos **EUA**

QUADRO 11 – FUMO EM FOLHAS – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES NO MERCADO MUNDIAL – 1970 – 1985 (em %)

PAÍS	1970	1975	1980	1985
Brasil	5,53	7,86	10,62	11,61
Bulgária	5,92	5,51	5,18	4,38
Canadá	2,98	2,05	1,44	1,69
EUA	23,79	20,16	20,32	16,97
Grécia	6,57	3,91	5,23	7,31
Índia	4,87	6,06	5,44	5,74
Itália	1,13	4,57	3,45	6,10
Malauí	2,01	2,70	4,77	4,40
Turquia	7,62	5,11	6,20	5,06
Zimbábue	3,25	5,81	7,33	7,11

FONTE – Tobacco Quarterly.

caíram dezoito pontos percentuais. Atualmente, os dois países exportam anualmente quantidades semelhantes. Por seu turno, o **Zimbábue** e a **Índia** não tiveram desempenho dos mais brilhantes. Ambos apresentaram declínio nas exportações da variedade nos últimos três anos, comparativamente ao biênio 1980-81.

A história vista pelo lado dos consumidores também revela algumas modificações interessantes. De 1978 a 1985, importantes economias capitalistas fizeram drásticas reduções nas suas compras de tabaco em folhas, como **Reino Unido (50%)**, **Japão** (30%), **França** (25%) e **Alemanha Ocidental** (6%), e outras apresentaram crescimento apenas discreto, como **Bélgica/Luxemburgo** e **Holanda**, 5% e 8%, respectivamente.

As compras norte-americanas revelam evolução de 21% no período, enquanto as da **Bulgária** cresceram 444%. Apesar da magnitude do índice de incremento neste último, o resultado em termos físicos é menos expressivo, pois, em 1978, o país importava tão-somente 7 mil t/ano. Na tentativa de explicar esse aumento de compras, pode-se dizer que dois fatores foram relevantes: a redução ocorrida nas safras dos dois países e o fato de que ambos são importantes exportadores de cigarros, necessitando, portanto, de folhas de outras origens para a feitura de **blends**.

Entre 1978 e 1985, **Hong Kong**, **Egito** e **URSS**, apresentaram também grande crescimento das importações, sendo que os dois primeiros não tinham, até então, importância no comércio do fumo em folhas; são, portanto, mercados novos e em expansão.

A origem das importações dos principais países consumidores revela, discriminadamente, a perda de espaço do produto norte-americano na **CEE**, além de evidenciar uma agressiva política de vendas do **Brasil**, a começar pelos **EUA**, onde a presença brasileira evoluiu de 11% para 23% no curto período de oito anos. Outro importante fornecedor dos norte-americanos é a **Turquia** (27%), que, no entanto, não compete com o **Brasil**, pois exporta fumo oriental.

A **Comunidade Econômica Européia** é um mercado onde a disputa é mais acirrada e ali ganham relevo as presenças do **Zimbábue** e do **Malauí**. No **Reino Unido**, por exemplo, estes países, partindo praticamente do zero, em 1978, já respondem por 17% e 9%, respectivamente. Na **Bélgica/Luxemburgo**, em apenas oito anos de operações, o **Zimbábue** ocupa a condição de segundo fornecedor com 11%, tendo ultrapassado o Brasil. A origem das compras da **Holanda** também demonstra a importância de ambos, que participaram, em 1985, com 18% das importações contra apenas 7% em 1978.



Apesar de uma significativa expansão de 40% na quantidade exportada no período 1980-85, as vendas externas brasileiras de fumo em folha não apresentam alterações marcantes com relação ao seu local de destino (ver Quadro 12). Em 1985, como em 1980, os principais mercados do Brasil foram a **CEE** (60%) e a **América do Norte** (21%), que, a despeito de algumas variações ao longo dos últimos seis anos, continuam comprando basicamente, em termos percentuais, o mesmo que adquiriam em 1980. Os **EUA** permanecem como o maior importador individual do Brasil com mais de 20%. Na **Europa Ocidental**, entretanto, ocorreram trocas de posição, pois, em 1980, o **Reino Unido** e a **Espanha** lideravam as compras do **Brasil** com 15,5% e 13%, respectivamente. A **Espanha**, contudo, reduziu suas importações do **Brasil** e, ao final de 1985, não importava mais de 4,3% do total vendido pelo país, percentual inferior ao da **Alemanha Ocidental**, **Bélgica/Luxemburgo**, **França** e **Holanda**, em que pese suas aquisições globais terem crescido 20%. Por seu turno, o **Reino Unido**, mesmo com a redução que fez em suas compras de tabaco em folhas, ampliou as importações do **Brasil** e permanece como nosso principal comprador na **Europa**.

Outros importantes países da **Europa Comunitária** aumentaram as compras do **Brasil**, como a **Alemanha Ocidental**, atualmente o segundo mercado para o produto brasileiro na **Comunidade** e cujas importações passaram de 12,5 mil t, em 1980, para 22 mil t em 1985; **Bélgica/Luxemburgo**, que mais do que quadruplicou a participação, e a **Holanda**, para onde as exportações alastraram-se de 8,7 mil t/ano para 18 mil t/ano no período 1980-85.

Depois da **Europa** e da **América do Norte**, as vendas externas nacionais destinam-se, preponderantemente, para a **África** e o **Leste Europeu**; porém, as quantidades exportadas para esses destinos mal ultrapassam 15 mil t/ano, aproximadamente 8% do total comercializado pelo país e estavam, em 1985, praticamente no mesmo nível de 1980.

O **Brasil** negocia fumo em folhas para mais de setenta países, contudo cerca de 80% dessas vendas destinam-se aos países da **CEE** e aos **EUA**. Se, por um lado, é necessário reconhecer que é nesses mercados onde está o dinheiro, por outro, a situação é preocupante pois é igualmente lá que o consumo está estagnado, por força da proliferação das campanhas antitabagistas e também porque esses países dão claros sinais de que pretendem

QUADRO 12 – FUMO – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E PRINCIPAIS MERCADOS – 1980-85
(em t)

DESTINO	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%	1985	%
AMÉRICA DO NORTE	28.950	20	29.701	20	50.782	31	41.732	24	52.357	28	42.861	22
EUA	28.931	20	29.701	20	50.189	30	41.730	24	52.357	28	42.861	22
EUROPA OCIDENTAL	90.901	63	92.880	62	89.875	54	111.278	63	99.781	53	122.895	62
CEE	85.180	59	86.228	58	84.547	51	106.319	60	93.989	50	118.255	60
Alemanha Ocidental	12.422	9	15.666	11	14.973	9	20.161	11	17.082	9	21.968	11
Bélgica/Luxemburgo	2.175	2	2.469	2	3.599	2	4.734	3	6.399	3	10.456	5
França	9.634	7	6.891	5	5.048	3	10.359	6	9.668	5	11.389	6
Holanda	8.733	6	11.852	8	10.567	6	13.367	8	14.463	8	18.046	9
Reino Unido	22.241	16	23.692	16	24.882	15	35.310	20	29.709	16	33.874	17
Espanha	19.092	13	9.918	7	11.231	7	10.253	6	5.947	3	8.620	4
LESTE EUROPEU	3.494	3	3.952	3	2.747	2	2.470	1	4.032	2	3.040	1
Polônia	1.670	1	847	1	519	–	934	1	1.319	1	1.500	1
ÁFRICA	9.826	7	8.402	6	9.966	6	11.285	6	13.966	8	12.087	6
Argélia	4.258	1	2.835	2	4.945	3	1.605	1	4.745	3	4.840	2
OUTROS	10.384	7	13.681	9	12.348	7	10.062	6	17.302	9	17.778	9
China	2.150	1	5.748	4	2.050	1	–	–	3.491	2	6.834	3
TOTAL	143.555		148.616		165.718		176.827		187.438		198.661	

FONTE – Cacex.

incrementar o protecionismo.

É também interessante notar que as exportações do **Brasil** para alguns países que vêm apresentando crescimento nas importações do produto, como **Hong Kong, Egito** e **Bulgária**, são erráticas e inexpressivas.

Observando-se a origem das importações dos principais consumidores do fumo brasileiro, fora os **EUA – Reino Unido, Alemanha Ocidental** e **Holanda** – fica-se com a impressão que o **Brasil** avança na retração americana. Essa é, sem dúvida – se não for mera coincidência – uma situação instável e delicada, haja vista a quantidade e a qualidade do fumo produzido pelos americanos, sua tecnologia, seus estoques e seu poder de pressão sobre os países importadores.

Computados onze meses das vendas externas brasileiras de fumo em folhas, em 1986, a receita ficou em US$ 384 milhões, 8% abaixo da obtida em igual período do exercício anterior (US$ 418 milhões). No que tange à quantidade, foram embarcadas 163.360 t contra 184.305 t entre janeiro e novembro de 1985.

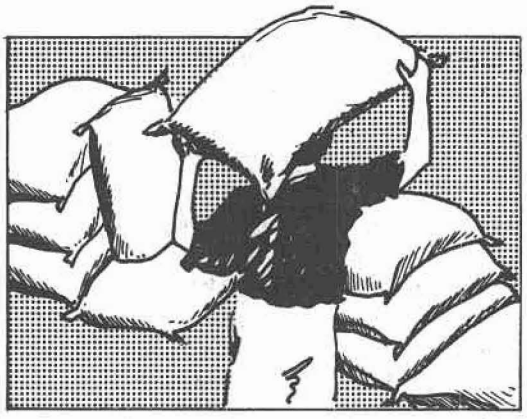
A despeito da propalada má qualidade da safra, o preço médio em 1986 (US$ 2,35/kg, segundo dados de outubro), ainda é superior ao de 1985 (US$ 2,26/kg). Esse resultado, mesmo que parcial, serve para desfazer um pouco o mito em torno da desestabilização que seria provocada pela liberação dos estoques norte-americanos, a preços subsidiados. Por sinal, as exportações de tabaco não manufaturado, pelos **EUA**, entre janeiro e outubro de 1986, declinaram 20% na quantidade e 24% no valor, comparativamente a igual intervalo de tempo do ano anterior.

Os maiores problemas enfrentados pelas exportações brasileiras de fumo em folhas neste exercício foram o declínio da produção, que passou de 411 mil t para 390 mil t (segundo o **IBGE**), por adversidades climáticas e, muito possivelmente, a expansão ocorrida no consumo interno de cigarros, de cerca de 17% nos nove primeiros meses do ano, o que reduziu o excedente exportável.

Para 1987, as expectativas são mais otimistas. No Sul do país, região que detém 80% da colheita brasileira e responde por cerca de 90% do total exportado, as previsões apontam para uma produção de 360 mil t, com excelente qualidade, contra apenas 315 mil t na última safra. Espera-se, ainda, uma expansão na área plantada, assim como – se mantido o clima favorável – aumento do rendimento por hectare. Além disso, o recente **descongelamento** do preço dos cigarros (aumentos variando de 40 a 120%) deverá refrear o consumo, no mínimo estabilizando-o no atual patamar, o que, considerando o esperado aumento de safra, permitirá liberar uma maior parcela para exportação.

(ARTHUR RAMON NOGUEIRA PARAHYBA DIAS, Economista da Cacex).

politica agricola



A falta de definições quanto à condução da política agrícola e a perspectiva de uma safra abundante, que se aproxima, criaram um ambiente de tensão entre os produtores rurais, que culminou com o movimento denominado de **Alerta do Campo à Nação**, o qual reuniu, em Brasília, cerca de 20 mil produtores para apresentarem suas reivindicações ao governo e à sociedade urbana.

Convém registrar e refletir sobre o episódio e examinar as medidas que as autoridades adotaram, na ocasião. Do ponto de vista dos produtores rurais, o ano de 1986 foi de esperanças e desencantos. O **Plano Cruzado**, com suas promessas de fim do processo inflacionário e de eliminação da correção monetária e, poucos meses depois, o lançamento do chamado **Plano de Metas 1986-1989**, faziam prever o atendimento de antigas postulações dos produtores, para quem a estabilidade econômica é uma das formas mais positivas de compensar as naturais instabilidades com que sua atividade se defronta, permanentemente. Por outro lado, o congelamento dos preços no nível do consumidor e as substanciais importações de alimentos deprimiram os preços recebidos pelos agricultores, logo em um ano de quebra da safra, o que indicava majoração de preços, para recompor a receita total necessária ao pagamento dos diversos fatores empregados.

O novo plantio no Centro-Sul, o de verão, revelou que o agricultor decidiu com otimismo, aumentando a área plantada. Contudo, à medida que os meses passavam, as dificuldades para os agricultores se foram avolumando e, no início deste ano, a situação se tornou crítica. Os anúncios de **realinhamento** dos preços industriais e os de **congelamento** dos alimentos componentes da cesta básica faziam antever um estreitamento da relação **receita/custos agrícolas**, agravado pela elevação das taxas de juros a patamares que tornariam inviável a amortização dos empréstimos de custeio (a partir de março, previa-se que os juros para o setor agrícola seriam aqueles vigentes no mercado, menos 10%).

Às vésperas da manifestação programada pela **Frente Ampla da Agricultura** foi anunciado, enfim, um conjunto de medidas destinado a adaptar a política agrícola às novas condições da economia. Seus pontos principais são: correção mensal dos preços mínimos plurianuais (válidos para arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo) segundo a variação do **IPP**; manutenção das atuais taxas de juros para o crédito de custeio e comercialização, aplicando-se, entretanto, uma **indexação** ao principal através do **IPR — Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores**; pagamento à vista para **AGF**; criação de uma comissão de representantes dos agricultores, do governo e do **Congresso** para formular a política relativa à safra 1987/88 e para estudar possíveis importações de alimentos; garantia de recursos para o orçamento agrícola de 1987 e liberação das exportações de arroz e milho, de modo a fazer espaço nos armazéns ainda ocupados com as importações realizadas em 1986 e não consumidas. Também foi, finalmente, lançada a **Caderneta de Poupança Rural**, que deverá captar recursos para financiar os investimentos do Setor.

As primeiras manifestações das lideranças rurais não foram favoráveis ao elenco de medidas, o que pode ser atribuído, em parte, ao fato de ter sido anunciado dois dias antes da manifestação programada e interpretado como tentativa de esvaziar o movimento.

Por outro lado, é de se registrar que uma das principais reivindicações do Setor deixou de ser atendida: o **realinhamento** dos preços mínimos. Quando o governo manteve esses preços, vigentes na safra anterior, com pequenas correções (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 10, outubro de 1986) as distorções já eram evidentes, uma vez que, após fevereiro de 1986, houve sensível alteração entre os preços relativos dos insumos e, mais ainda, entre as cotações dos insumos industriais e da mão-de-obra. Na medida em que, talvez o caso extremo, os preços do óleo **Diesel** ficaram congelados, ao passo em que os salários rurais registraram substancial acréscimo, isto se refletiu de maneira diferenciada nas lavouras, de acordo com o maior ou menor uso de mão-de-obra.

Outro ponto sensível foi a dissociação entre preços ao produtor e ao consumidor. O anúncio da correção mensal dos preços dos alimentos,

mantendo o seu **congelamento** no nível do consumidor, coloca em xeque a viabilidade dos preços mínimos. Trata-se de uma questão complexa, pois, no momento, o produto comercializado, exceto o feijão, é ainda o da safra passada. Logo, os novos preços não afetam os custos de atacadistas e/ou varejistas e não há porque alterá-los, mas o anúncio de uma futura mudança poderia incentivar comportamento especulativo. Por outro lado, o atraso na divulgação de tal alteração poderá retrair os compradores no início da safra, levando os agricultores a venderem por preços inferiores ao mínimo, com evidentes prejuízos. A situação é tanto mais grave, quanto à luz da experiência passada, sabe-se que esta safra, sendo abundante, deverá ser comercializada pelo preço mínimo.

A solução encontrada para a taxa de juros é interessante, desde que torna a amortização dos financiamentos neutra com relação à evolução de sua renda, mas poderá trazer problemas ao sistema bancário, principalmente quando se prevê a possibilidade de o agricultor optar, no momento da amortização, pelo uso da variação da **IBC**, se esta for inferior à do **LPR**. Como o vencimento dos empréstimos rurais não coincide com as épocas de balanço dos bancos, caso não se encontre maneira de contornar o problema, pode-se prever uma retração dos bancos. Há, ainda, a questão do montante de recursos a serem destinados à agricultura, tendo em vista que os depósitos à vista novamente diminuíram.

CONSTRUÇÃO DO IPP

O **Decreto nº 93.118**, de 13/08/86, que fixou os **Preços Mínimos** para a safra de verão 1986/87, no Centro-Sul, estabelece também, no caso das lavouras alimentares destinadas ao mercado interno, que seus preços terão caráter plurianual, com correções automáticas pelo **IPP** a cada doze meses, ou sempre que o citado índice atingir uma variação de 20%.

O **Decreto**, na verdade, oficializou providência anunciada nas **metas** para a agricultura , de incentivo à expansão das lavouras plantadas para atender, prioritariamente, o mercado interno e que, nos últimos anos, mostrou-se inferior à desejada.

Na oportunidade, as publicações oficiais mencionaram que a **Companhia de Financiamento da Produção (CFP)** divulgaria o citado índice, sem, contudo, especificar pormenores relativos a seu cálculo e às fontes dos dados que o originariam.

Posteriormente, chegou-se à conclusão de que deveriam usar os preços médios de insumos calculados pelo **Centro de Estudos Agrícolas**, do **Instituto Brasileiro de Economia**, da **Fundação Getúlio Vargas** (coletados pelos agrônomos do **Sistema Embrater, Ceplac, Epamig** e **Instituto de Economia Agrícola**, de São Paulo), mas que se tornaria necessário adotar novo sistema de ponderações.

Para se construir o **IPP**, cuja finalidade é corrigir os preços mínimos de culturas vegetais, o sistema de ponderações adequado seria a estrutura média dos custos de produção nos estabelecimentos que produzem as lavouras às quais se deseja aplicar o índice. Na prática, o conhecimento dessa estrutura apresenta um sem número de dificuldades, dentre as quais a extensão territorial do país e a conseqüente diversidade ecológica, as diferenças de tecnologia utilizada e, ainda, como talvez o maior problema, a dificuldade de se alocar a parcela correspondente do custo de um determinado item que, no estabelecimento, é utilizado para mais de uma finalidade. Exemplo deste último empecilho é o da parcela da despesa do adubo que deva ser alocada no custo de produção do feijão, quando este é plantado em consórcio com o algodão.

A rigor, indagações deste tipo não podem ser respondidas, a não ser por uma hipótese **ad hoc**: ou se divide o custo igualmente entre as duas lavouras ou se supõe que o agricultor não aduba-

ria o feijão se este fosse lavoura solteira e, portanto, as despesas com adubação constituem custo exclusivo do algodão.

De todas as maneiras, o conhecimento de estruturas médias de custo dependem da realização de pesquisa detalhada e profunda, que requer gastos elevados e, também, é muito demorada, o que inviabilizaria a obtenção de resultados em tempo hábil, capazes de servir como sistema de ponderação do **IPP**.

Na busca de informações preexistentes que atendessem às necessidades de um sistema de ponderação, descartaram-se duas hipóteses: o uso dos dados da pesquisa **Características Econômicas das Explorações Rurais**, originários do **Cea/FGV** e os do **Censo Agrícola** de 1980.

Embora a pesquisa do **Cea** tenha sido idealizada para uma finalidade próxima à que se tinha em mente, seus resultados estão defasados (a coleta foi feita em 1970) e se referem a apenas oito unidades da **Federação** (CE, PE, MG, ES, SP, SC, PE e RS). Os levantamentos do **Censo Agrícola** se referem ao universo dos estabelecimentos agrícolas, mas não têm um grau de detalhamento que permita a construção de um sistema de ponderações conveniente.

Em vista dessas dificuldades, buscaram-se outras informações existentes, contanto que refletissem, da melhor maneira possível, os custos de produção e se adotaram várias decisões, tais como vão descritas a seguir:

a) **Conjunto de Produtos Pesquisados** — levou-se em consideração, além dos produtos mencionados no **Decreto nº 93.118** (arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo) mais o algodão, mamona, soja e trigo, como forma de captar alguns dos custos conjuntos que ocorrem no nível do estabelecimento agrícola. Outros produtos poderiam ser também incluídos, como talvez o café, mas em se tratando de lavoura permanente, verificou-se que os dados disponíveis a respeito não permitiriam uma estimativa compatível, em nível nacional.

b) **Estados abrangidos** — todos os do Nordeste e Centro-Sul, exceto Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Os da região Norte e os cinco que se acabou de mencionar foram excluídos, em vista da pequena participação das lavouras citadas no item (a), anterior, quando comparadas com a do conjunto dos demais estados.

c) **Itens de custo incluídos no sistema de ponderação** — diante dos motivos invocados para não se recorrer à pesquisa do **Cea/FGV** nem à do **Censo Agropecuário** de 1980, restou fazer-se uma composição entre dois conjuntos de dados existentes, que pareceram não só ser os mais adequados às finalidades propostas, como coerentes e confiáveis: os coeficientes técnicos usados pela **CFP** para o cálculo dos **Valores Básicos de Custeio (VBC)** e os dados de área colhida, levantados pelo **IBGE**, em pesquisa denominada **Produção Agrícola Municipal (PAM)**.

Os coeficientes técnicos da **CFP** apresentam padrões de uso de insumos correspondentes a escalas de tecnologia que resultam em determinados níveis desejados de rendimento médio por ha. Para agregar esses coeficientes técnicos, de modo a se ter um coeficiente técnico médio estadual, recorreu-se aos dados da **PAM** para os anos de 1981 e 1984 e levantou-se a representação média dos rendimentos físicos municipais das lavouras/estados considerados para cálculo do **IPP**.

Conseguiu-se, dessa forma, obter a participação relativa dos diversos insumos utilizados na atividade agrícola e que abrangem os seguintes grupos de insumos: sementes e mudas, fertilizantes e corretivos; herbicidas, inseticidas, fungicidas e outros insumos químicos; aluguel e uso de máquinas; combustíveis e mão-de-obra (diaristas, mensalistas e tratoristas).

Embora de fundamental importância, não foi incluído no conjunto dos custos o relativo às despesas financeiras, devido à complexidade de sua definição e à dificuldade de se obter dados adequados à sua mensuração.

As etapas do cálculo do **IPP** podem ser assim representadas, de forma resumida:

$$C^{(r)}_{L,I} \cdot A^{(r)}_{L,E}$$

coeficiente que expressa a quantidade de um **insumo I** associada à área colhida da **lavoura L**, no **estado E**, cuja produtividade média se encontra no **extrato r**;

$$I_E = \sum_{1}^{L} \sum_{1}^{r} c^{(r)}_{L,I} \cdot A^{(r)}_{L,I,E}$$

quantidade do **insumo I** usada no **estado E**;

$$D^{t}_{E} = \sum_{1}^{I} P^{t}_{I,E} \cdot I_E$$

despesa total com insumos no **estado E**, no **mês t**; onde $P_{I,E}$ representa o preço médio do **insumo I**, no **estado E**;

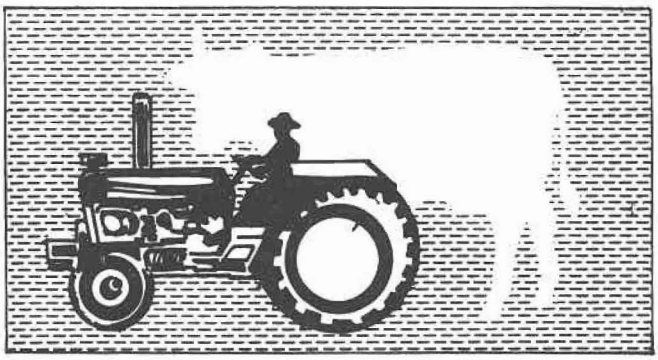
$$D^{t}_{G} = \sum_{1}^{E} D^{t}_{E}$$

despesa global com insumos no conjunto de estados selecionados;

$$IPP = \frac{D^{t}_{G}}{D^{(t-1)}_{G}} \cdot 100$$

índice de preços pagos pelos produtores rurais, no **mês t**, onde **t−1** representa o período-base.

produto real



A agropecuária brasileira marcou, em 1986, seu segundo pior desempenho dos últimos quarenta anos, apresentando taxa negativa de aproximadamente 7,8%. Desde 1947, quando se iniciaram os cálculos das **Contas Nacionais**, até hoje, somente em 1966 se registrou resultado inferior, reduzindo-se a produção física 14,6%.

Naquele ano de 1966, a extemporaneidade das chuvas e as geadas prejudicaram as colheitas, especialmente as do café e arroz, enquanto ficaram praticamente estagnados os abates de bovinos e a produção de leite. Já em 1986, a estiagem no Centro-Sul, e os preços pouco remunerativos foram as causas principais do insucesso da produção. Em ambos os casos, a colheita do café diminuiu cerca de 50%, mas agora, isto é, em 1986, a produção agregada caiu relativamente menos, graças à maior diversificação da estrutura produtiva e ao progresso tecnológico.

De qualquer sorte, a safra do ano passado se situou em nível muito modesto ou até mesmo de subprodução, refletindo, além dos fatores já citados, os inúmeros males de que a agricultura ainda padece, dentre os quais ressalta a imperfeita distribuição das terras cultiváveis.

Em vista do fracasso de agora, o ritmo médio de expansão da agricultura (ver Quadro 13), ficou em 2,6% anuais, ao longo dos sete primeiros anos da década de 1980, superando por reduzida margem o crescimento vegetativo da população.

Em 1986, as lavouras produziram menos 10%, em média. Não fosse a grande queda da safra cafeeira (–46%), o declínio da produção das demais culturas, em conjunto, atenuar-se-ia, passando para –4,5%. Colheram-se menos: 38% de algodão arbóreo, 17% de algodão herbáceo, 36% de amendoim, 8% de batata-inglesa, 13% de feijão, 6% de fumo, 6% de laranja, 7% de milho, 27% de soja e 5% de tomate. Dentre os poucos resultados positivos, vale salientar as produções recordes de arroz e trigo, cujos percentuais de acréscimo foram iguais a 15% e 26%, respectivamente. Resultado positivo, outrossim, foi a da apanha de mandioca que evoluiu 10%.

Os números referentes ao comportamento dos produtos animais não são menos decepcionantes. A produção real do subsetor diminuiu 4%. A matança dos mais importantes animais caiu 6%, sendo abatidos menos 16% de bovinos e mais 4% de suínos e 4% de aves. A oferta de leite decresceu 3% e a de ovos subiu 9%.

Quanto ao abastecimento interno, transcorreu tranqüilamente para os produtos vegetais, graças aos estoques remanescentes de 1985 e às importações. No caso dos gêneros de origem animal, ao contrário, o abastecimento atravessou, em 1986, uma das mais sérias crises de sua história. A escassez de carnes foi particularmente penosa.

É bom lembrar que o comportamento da produção animal se mostrou medíocre durante os últimos anos, mas somente a partir de 1984, ou seja, quando teve início o movimento de recuperação da economia e, conseqüentemente, da demanda interna, as deficiências no fornecimento tornaram-se agudas. Os desequilíbrios foram em parte corrigidos pelo aumento dos preços, mas, em 1986, em virtude do **Plano de Estabilização Econômica**, a carência de carnes se tornou permanente, durante todo o ano, não obstante ameaças várias, dentre as quais as de desapropriações de gado nos estabelecimentos privados, algumas até efetivadas, além de importações.

QUADRO 13 – BRASIL – SETOR AGRÍCOLA – PRODUTO REAL – 1980-85
(Variação percentual)

ANO	LAVOURAS		PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS	AGROPECUÁRIA
	Total Geral	Total sem o café		
1980	10,1	14,9	8,6	9,5
1981	8,2	–1,0	2,9	6,2
1982	--5,1	5,0	3,0	–2,1
1983	1,7	–5,3	1,9	1,8
1984	7,9	12,6	–4,2	3,2
1985	13,6	10,4	1,3	8,8
1986	–10,1	–4,5	–4,0	–7,8
Média 1980-86	3,4	4,3	1,3	2,6

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ÁLCOOL

O **Ato nº 06/87**, de 23/01/87, do **IAA**, modifica a produção autorizada de álcool da safra paulista 1986/87 e divulga os estoques que resultam do remanescente disponível (ver Quadros 14 e 15) das safras 1984/85 e 1985/86, conforme apurados em 30/04/86 (**D.O.U.**, de 29/01/87).

O **Ato nº 05/87**, de 23/01/87, do **IAA**, reajusta a produção autorizada de álcool da região Centro-Sul na safra 1986/87 (**D.O.U.** de 30/01/87).

QUADRO 14 – SÃO PAULO – ESTOQUE DISPONÍVEL E PRODUÇÃO AUTORIZADA DE ÁLCOOL PARA A SAFRA 1986/87 (m3)

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Estoque	
Anidro	544.429
Hidratado	632.089
Produção	
Anidro	1.381.658
Hidratado	4.802.608
Disponibilidade	
Anidro	1.926.087
Hidratado	5.434.697

FONTE – IAA.

QUADRO 15 – CENTRO-SUL – PRODUÇÃO REAJUSTADA DE ÁLCOOL – SAFRA 1986/87 (m^3)

ESTADO	TOTAL	ANIDRO	HIDRATADO
Minas Gerais	423.510	117.870	305.640
Espírito Santo	120.115	20.211	99.904
Rio de Janeiro	256.618	49.400	207.218
Paraná	638.421	96.599	541.822
Santa Catarina	9.152	–	9.152
Mato Grosso	119.932	13.032	98.900
Mato Grosso do Sul	209.328	25.943	183.385
Goiás	331.222	56.348	274.874
TOTAL	2.100.298	379.403	1.720.895

FONTE – IAA.

ARROZ

O **Comunicado Derur nº 1.032**, de 26/01/87, do **Bacen**, informa que o **EGF** de arroz deverá ser prorrogado até 30/01/87, com a substituição da garantia por títulos até a mesma data, e prazo de, no máximo, quarenta dias. O produto depositado no Rio Grande do Sul está excluído da medida (**D.O.U.**, de 29/01/87).

CACAU

A **Carta-Circular nº 1.555**, de 28/01/87, do **Bacen**, informa que os **Valores Básicos de Custeio** para as lavouras de cacau, no primeiro semestre de 1987, foram fixados em Cz$ 9.465,69/ha para as com produtividade de até 40 @/ha, Cz$ 10.348,90/ha para aquelas situadas na faixa de 41 a 60 @/ha, Cz$ 11.232,10/ha para as situadas entre 61 e 80 @/ha e Cz$ 12.115,30 para lavouras com rendimento físico médio superior a 80 @/ha (**D.O.U.**, de 29/01/87).

CAFÉ

A **Resolução nº 1.244**, de 06/01/87, do **Bacen**, fixa os **Valores Básicos de Custeio** para lavouras de café no ano-safra 1986/87. Estes serão de Cz$ 3.542/ha para lavouras de até 30 sacas/ha; Cz$ 4.830/ha para aquelas de 31 a 60 sacas/ha e de Cz$ 5.796/ha para lavouras com rendimento de mais de 60 sacas/ha. Mini e pequenos produtores terão limite de financiamento de 100%, os médios de 60% e os grandes de 40% (**D.O.U.**, de 07/01/87).

CANA-DE-AÇÚCAR

O **Ato nº 08/87**, de 09/02/87, do

QUADRO 16 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL		NORTE-NORDESTE
	Rio de Janeiro	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)			
no campo	147,20	143,00	190,03
na esteira	188,42	183,93	240,43
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)			
Açúcar cristal standard	162,16	142,70	178,70
superior	173,58	154,12	190,12
especial	179,28	159,82	195,82
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]			
Açúcar cristal (Cz$/50 kg) standard	162,16	142,70	178,70
superior	173,58	154,12	190,12
especial	179,28	159,82	195,82
Álcool (Cz$/l)			
anidro	5,17	5,10	5,34
hidratado	4,89	4,83	5,06
Preços do açúcar e do álcool para exportação			
Açúcar demerara (Cz$/t)	2.814,51		3.646,36
cristal especial (Cz$/50 kg)	181,31		198,25
refinado granulado (Cz$/50 kg)	201,88		209,10
Álcool (Cz$/l)			
anidro	5,14	5,07	5,31
hidratado	4,87	4,81	5,03

FONTE – IAA, Ato nº 08/87.

[1] A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;

[2] os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquota de 12% (17% no caso do açúcar cristal).

IAA, reajusta os preços da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e do mel residual (**D.O.U.**, de 10/02/87), conforme apresenta o Quadro 16.

DESENVOLVIMENTO RURAL

A **Resolução nº 01**, de 20/11/86, da **Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR)** da **Seplan**, aprova o **Regimento Interno da CIDR**. O novo órgão tem como finalidade articular e coordenar ações de órgãos federais envolvidos com a implantação da **Política Nacional de Desenvolvimento Rural**, especialmente no que se refere ao **Plano Nacional de Reforma Agrária**.

A **CIDR** será composta pelo **Ministro-Chefe da Seplan** e pelos **Ministros da Agricultura, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Interior, Saúde, Educação, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Transportes, Indústria e do Comércio, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Justiça, Minas e Energia** e pelo **Ministro Extraordinário para Assuntos da Irrigação** (**D.O.U.**, de 15/12/86).

EGF/COV

O **Comunicado Derur nº 1.027**, de 12/01/87, do **Bacen**, informa que o **EGF/COV** da safra 1985/86 vencido ou vincendo a partir de 1º/07/86 poderá ser liquidado por valor inferior ao constante da conta gráfica do mutuário, através do uso dos coeficientes 1,0526 (Distrito Federal e Goiás), 1,0606 (Minas Gerais e Mato Grosso do Sul) e 1,0287 (Mato Grosso, municípios selecionados) que serão aplicados ao valor do financiamento. No caso do **EGF/COV** feito na Bahia e demais municípios de Mato Grosso, o coeficiente será 1,00.

Os bancos privados e estaduais deverão encaminhar ao **Banco do Brasil** planilha discriminando a diferença entre o saldo de conta gráfica e o valor da liquidação para ressarcimento da diferença. Os bancos oficiais federais, exceto o **Banco do Brasil**, serão ressarcidos pela **CFP**.

Quanto aos encargos financeiros, o **Comunicado** estabelece que devem ser calculados às taxas originalmente pactuadas, não cabendo elevação em função de atraso na divulgação da instrução (**D.O.U.**, de 15/01/87).

FEIJÃO

A **Carta-Circular nº 1.538**, de 26/12/86, do **Bacen**, comunica que é admitido em caráter excepcional o enquadramento no **Proagro** dos créditos para o custeio de lavouras de feijão em Irecê, Bahia, desde que plantadas até 20/01/87 e com rigorosa fiscalização e acompanhamento técnico (**D.O.U.**, de 30/12/86).

LEITE

As **Portarias nºs 82, 83, 84, 85** e **86**, de 23/12/86, e **nºs 09** e **10** de 20/01/87, da **Sunab**, fixam preços mínimos de compra ao produtor e máximo de venda aos consumidores para o leite (**D.O.U.** de 30/12/86 e 22/01/87), conforme o Quadro 17.

MAMONA

O **Comunicado Derur nº 1.024**, de 06/01/87, do **Bacen**, informa que o **EGF** de mamona da safra 1985/86, vencido ou vincendo em dezembro de 1986 e janeiro de 1987, poderá ser prorrogado por sessenta dias, a partir do vencimento original (**D.O.U.**, de 09/01/87).

NORDESTE E RORAIMA

A **Resolução nº 1.245**, de 09/01/86, do **Bacen**, divulga os **Valores Básicos de Custeio** para a safra 1987 do Nordeste, Roraima e, apenas no caso da lavoura de algodão herbáceo, Pará.

A **Resolução** inclui o gergelim na pauta dos produtos amparados por **VBC** e fixa o limite de financiamento em 100% para produtores de qualquer porte. No caso das demais lavouras, são válidos os limites fixados na **Resolução nº 1.131** – ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 5, maio de 1986 (**D.O.U.**, de 12/01/87).

SEMENTE DE SOJA

O **Comunicado Derur nº 1.025**, de 07/01/87, do **Bacen**, informa que foi concedido prazo de espera até 30/01/87 para liquidação de **EGF** de semente de soja, safra 1985/86 (**D.O.U.**, de 09/01/87).

UVA

A **Resolução nº 003**, de 24/12/86, do **Conavin**, fixa em Cz$ 1,60/kg o preço mínimo para a uva comum da safra 1986/87 (**D.O.U.**, de 30/12/86).

A **Resolução nº 004**, de 20/01/87, do **Conavin**, fixa em Cz$ 2,30/kg para a uva comum, do grupo **IU** com 15º glucométricos, destinados a fins industriais e revoga a **Resolução nº 003** (**D.O.U.**, de 23/01/87).

QUADRO 17 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇOS AO PRODUTOR (MÍNIMOS)		PREÇOS MÁXIMOS AO CONSUMIDOR				
		Leite quota[1]	Tipo A	Tipo B	Tipo C	Leite magro 2% gordura	Leite Esterilizado[2]
AC	5,00	–	–	–	7,55	–	–
RO	4,20	–	–	–	7,30	–	–
RR	7,80	–	–	–	9,50	–	–
MA	4,75	–	–	–	7,60	3,10	8,22
PI	5,50	–	–	–	8,00	3,10	8,22
CE	4,65	–	–	–	7,00	3,10	8,22
RN	4,90	–	–	–	7,00	3,10	7,86
PB	4,45	–	–	–	7,10	3,10	7,86
PE	–	4,00	–	–	5,70	3,10	7,86
AL	–	4,00	–	–	5,70	3,10	7,86
SE	–	3,70	–	–	5,40	3,10	7,13
BA	–	3,70	–	–	5,40	3,10	7,13
MG	–	3,50	–	9,00	5,65	3,40	9,00[3]
ES	–	3,50	12,00	9,00	5,65	3,40	9,00[3]
RJ	–	3,50	12,00	9,00	5,65	3,40	8,49[3]
SP	–	3,50	10,00	9,00	5,20[3]	3,10[3]	8,49[3]
PR	–	3,50	10,00	9,00	5,20[3]	3,10[3]	8,49[3]
SC	–	3,50	10,00	9,00	5,20[3]	3,10[3]	8,49[3]
RS	–	3,50	10,00	9,00	5,20[3]	3,10[3]	7,13[3]
MS	–	3,50	–	–	5,20[3]	3,10[3]	–
MT	–	3,50	–	–	5,65	3,40	–
GO	–	3,50	–	–	5,65	3,40	9,00[3]
DF	–	3,50	–	–	5,65	3,40	9,00[3]

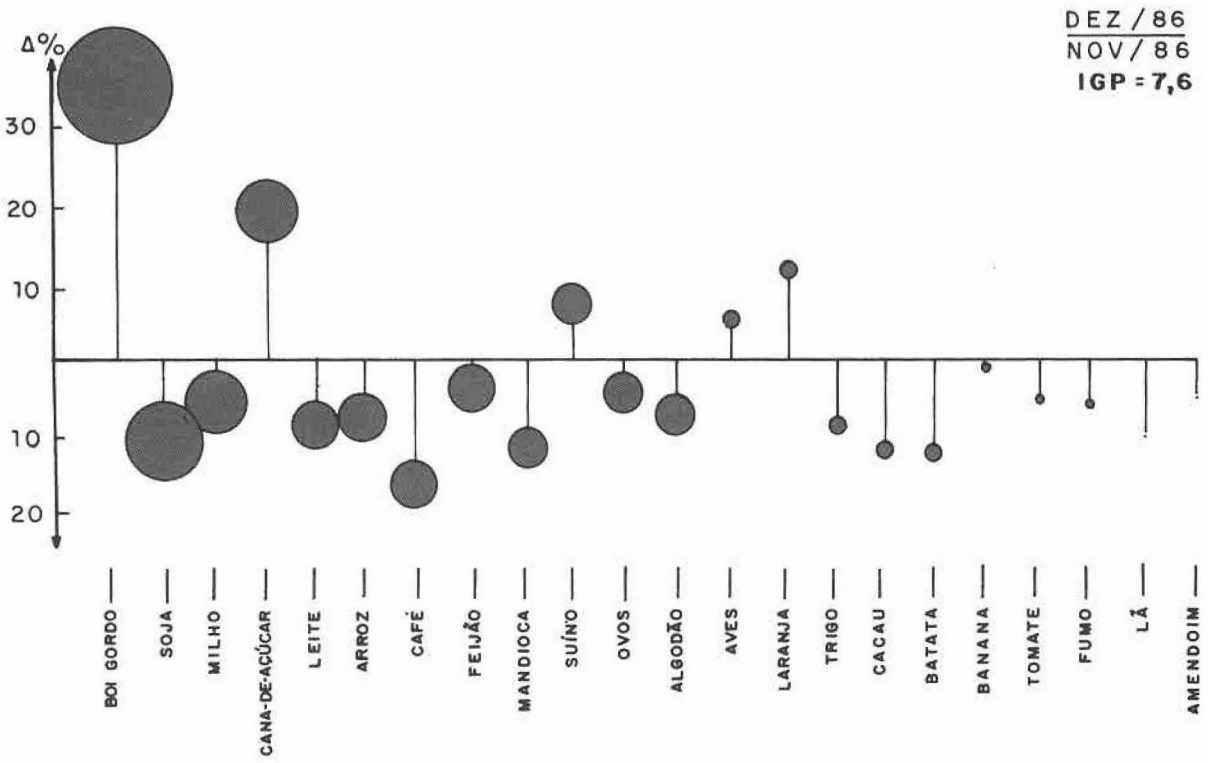
FONTE – Sunab.

[1] O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz$ 3,33/l e o extra-quota em Cz$ 2,62/l;

[2] leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis de material cartonado);

[3] inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

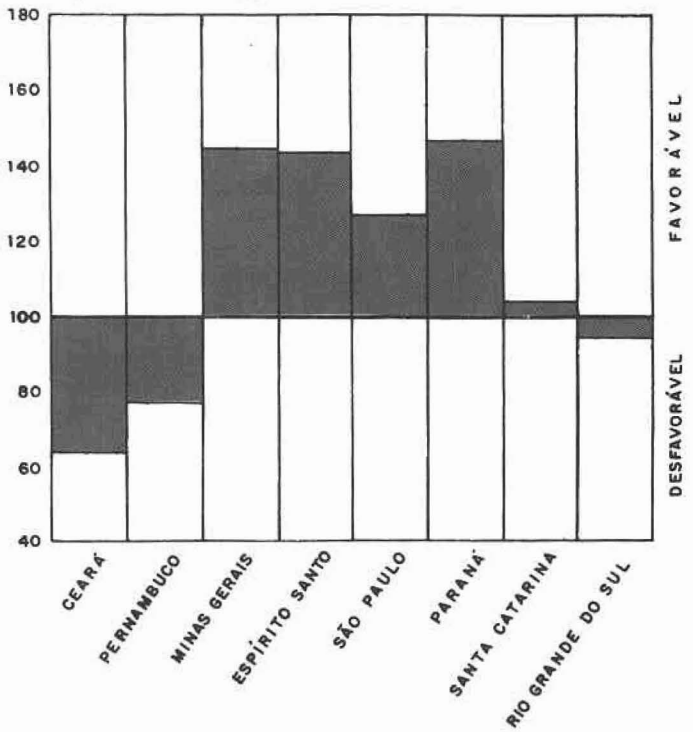
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS DEZEMBRO/1986



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições referentes ao mês de janeiro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de janeiro*
3 – Preço médio na última quinzena de janeiro*
4 – Preço médio na última semana de janeiro *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,37	6,40	6,90	7,29	7,00		7,16		7,29		7,35	7,48						Esperada menor produção internacional. Dos grandes exportadores, apenas a **CEE**, o **México** e a **Guatemala** terão boas disponibilidades. A **URSS** tem feito grandes compras.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	59,98	58,32	58,48	56,18	58,32		57,14		57,06			56,38		55,91				Os estoques mundiais permanecem elevados, mas seu dimensionamento é dificultado pela falta de informações quanto à situação da estocagem na **China**.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.232	1.861	1.857	1.817	1.861		1.897		1.924		1.951			1.977				Impasse quanto às normas que regularão o funcionamento do estoque previsto no Acordo Internacional.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	202,78	127,55	125,04	125,03	127,55				129,23		131,46	133,09		194,93				Grandes estoques nos países consumidores e perspectivas de oferta abundante na nova safra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	247,34	157,33	158,17	156,95	157,33		163,95		168,33		171,75		175,52					Não há expectativa de sustentação das cotações, face à conjuntura de elevada oferta mundial.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	520,35	496,59	498,95	500,20	496,59		497,71		498,48	495,86	486,69		485,19		491,56			Maior estoque nos **EUA.** A **American Soybean Association** quer que a **Food and Drug Administration** considere os óleos de palma e de coco nocivos à saúde.
SOJA FARELO US$/tonelada	144,71	143,56	143,17	143,18	143,56		142,73		142,55	142,35	142,06	141,87		142,82				Segundo a revista alemã **Oil World,** o consumo de farelos vegetais, notadamente o de soja, aumentou bastante na **CEE** e no Brasil, mas caiu nos **EUA.**
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	342,90	282,26	287,65	289,25	282,26		265,91		248,09		248,40			254,70				**EUA** e **CEE** chegaram a um acordo quanto à disputa comercial de produtos de origem agrícola. No entanto, os produtores norte-americanos e, principalmente, os da **França** e **Espanha** não ficaram satisfeitos com o resultado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA

1 — Preço médio de janeiro de 1986, corrigido pelo IGP, para janeiro de 1987
2 — Preço médio no mês de janeiro
3 — Preço médio na última quinzena de janeiro
4 — Preço médio na última semana de janeiro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	378,06	354,00	354,00	354,00		As indústrias estão bem providas e a safra não apresentou maiores problemas. Não se sabe como o mercado comportar-se-á, em 1987.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$/sc. 60 kg	338,31	290,00	290,00	290,00		Além de se esperar uma boa safra, o **congelamento** do preço no varejo poderá ser mantido ou substituído por um controle dos gêneros da cesta básica, o que tem deprimido o mercado.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	5.630,56	2.322,00	2.306,00	2.300,00		Mudança na presidência do **IBC** poderá alterar rumos da política cafeeira.
BOI GORDO Cz$/arroba	363,06	542,50	535,00	520,00		Expectativa quanto à "regularização" do mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: Apa-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	520,86	419,29	413,00	405,00	↓	Permanece a influência da entrada de produto novo em São Paulo, com o mercado bem abastecido.
FRANGO Vivo Cz$/kg	12,76	12,75	12,10	12,50	↓	Aumento da oferta de **boi gordo e frango.**
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	116,59	102,88	101,50	101,00	↓	Mesmo com a aproximação da entrada da safra, há resistência à queda dos preços, que já se encontram baixos.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	180,37	155,87	156,94	157,50	↓	A soja volta a ter uma situação privilegiada, pois além, de se beneficiar da correção cambial diária, esta vem-se acelerando. Contudo, há que considerar a influência, no exterior de uma boa safra no **Hemisfério Sul.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: Apa-SP.

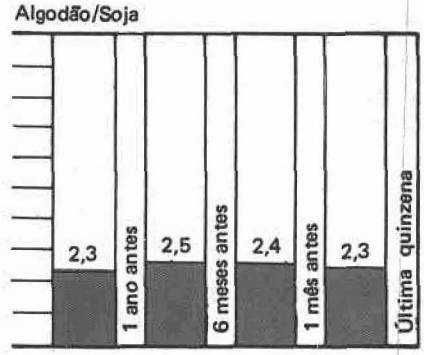
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

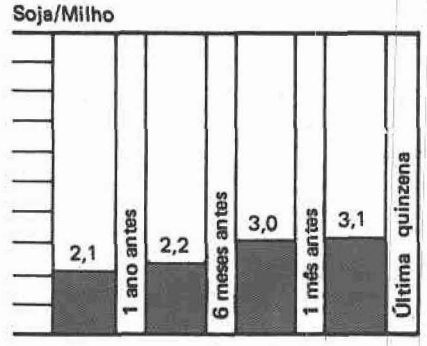
Haverá menor disponibilidade de algodão nos **EUA**, mas a próxima safra de soja a entrar no mercado internacional, a do **Hemisfério Sul**, será muito boa, com expectativa de 16,5 milhões de t no **Brasil** e 7,6 milhões de t, na **Argentina.**

Algodão/Soja



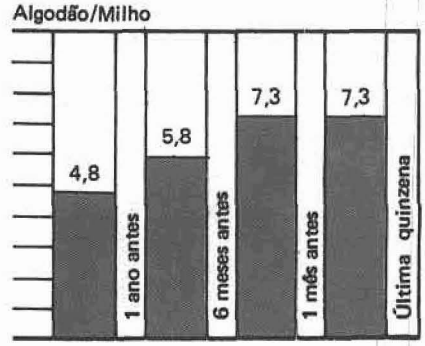
As cotações do milho continuam deprimidas, em razão das estimativas de grande oferta no mercado internacional. Contudo, as perspectivas para a produção de soja também são de expansão, devendo, segundo a revista alemã **Oil World**, alcançar novo recorde: 99,1 milhões de t, "quase exclusivamente devido ao **Brasil**".

Soja/Milho



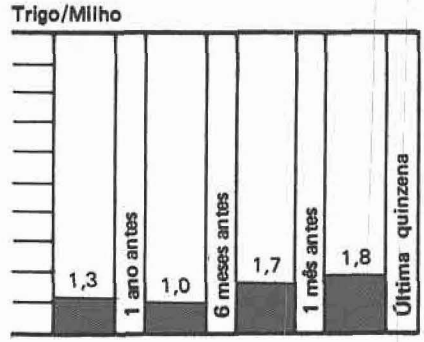
Em razão dos dados supracitados, o algodão vem tendo maior valorização comparativamente ao milho, no mercado internacional.

Algodão/Milho



O mercado internacional do trigo, há anos, depara-se com problemas advindos de grandes safras, mas também enfrenta as dificuldades de interesses conflitantes dos principais produtores exportadores. Em janeiro, os **EUA** e a **CEE**, afinal, estabeleceram algumas regras de convivência para o mercado de cereais. No entanto, permanecem insatisfações, principalmente nos **EUA, França, Espanha** (que não aceitou bem a determinação das importações de milho) e **Grã-Bretanha**. A **Alemanha Federal** aprovou o acordo.

Trigo/Milho

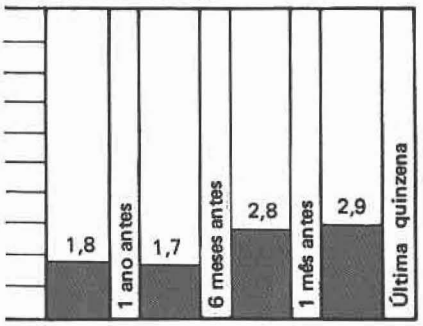


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

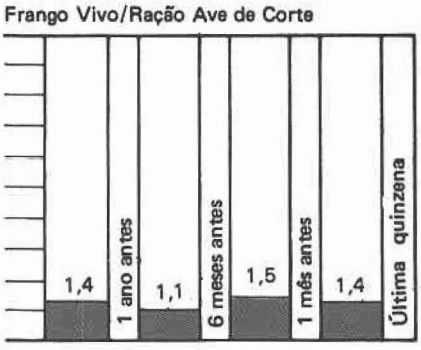
Na última quinzena, o preço do frango vivo depreciou-se 5% em comparação com a média do mês. Tal movimento adveio do reflexo no mercado avícola da interrupção da tendência altista verificada na cotação do boi gordo (agora em período de safra) no mesmo período. Há um ano, a valorização relativa da ave era maior.

Boi Gordo/Frango Vivo



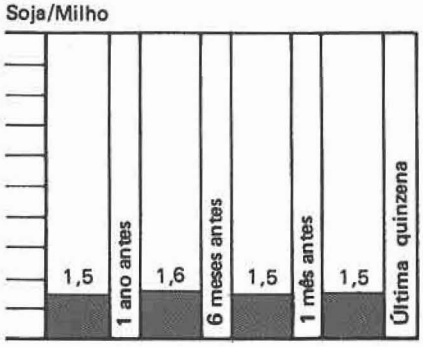
Em conseqüência da supracitada desvalorização do preço da ave viva, diminuiu a lucratividade dos avicultores durante a última quinzena, frente à média do mês. Há que se ressaltar, porém, que esse indicador está distorcido pela cobrança de ágio nos preços da ração para a ave de corte e que não é computado no preço coletado desse insumo.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



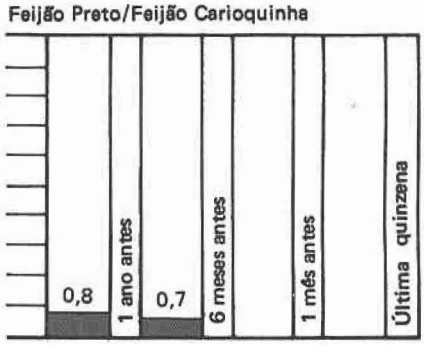
Inalterado em comparação com o preço relativo médio do mês, o preço relativo **soja/milho** da última quinzena evidencia a tranqüilidade que se vem observando na comercialização de ambos os grãos, cujos preços mantiveram-se estáveis no período. No caso do milho, deve-se colher grande quantidade na safra 1986/87, além de se contar com elevados estoques.

Soja/Milho



A **Portaria nº 24**, da **Superintendência Nacional de Abastecimento** provocou uma paralisação temporária do mercado, o que prejudicou a elaboração do preço relativo. O mercado, porém, está firme para o **feijão carioquinha**, entre Cz$ 450,00 e Cz$ 470,00/kg. No caso do **feijão preto**, a comercialização não tem avançado, apesar de a colheita estar no fim.

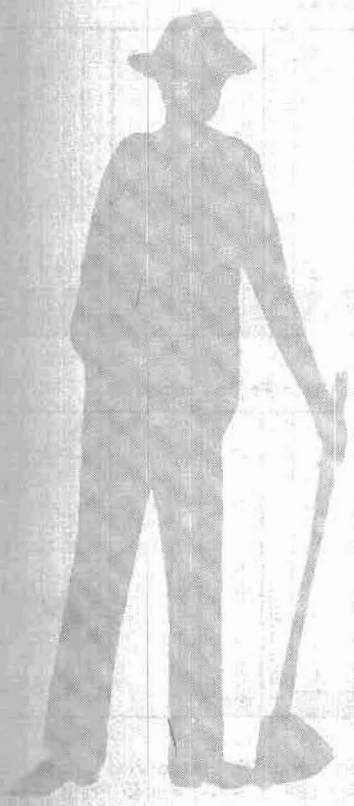
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO,** cuja coordenação técnica é do **IBGE.** A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71),** são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 18 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JANEIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	32.116	699.366[2]
Algodão	2.184.254	1.953.746
Algodão arbóreo (em caroço)	608.764	57.287
Algodão herbáceo (em caroço)	1.575.490	1.896.459
Alho	194	706
Amendoim (em casca)	111.462	183.256
Amendoim (1ª safra)	110.289	181.765
Amendoim (2ª safra)	1.173	1.491
Arroz (em casca)	5.897.194	11.197.975
Aveia (em grão)	...	...
Banana	219.009	247.478[3]
Batata-inglesa	115.332	1.383.187
Batata-inglesa (1ª safra)	99.167	1.286.197
Batata-inglesa (2ª safra)	16.165	96.990
Cacau (em amêndoa)	...	...
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.407.970	224.233.329
Cebola	68.852	764.895
Centeio (em grão)	...	...
Cevada (em grão)	...	...
Coco-da-baía	37.003	148.091[2]
Feijão (em grão)	3.690.644	1.964.609
Feijão (1ª safra)	2.762.468	1.531.687
Feijão (2ª safra)	928.176	432.922
Fumo (em folha)	268.331	411.085
Guaraná (semente)	...	...
Juta (fibra)	...	...
Laranja	103.780	7.207.978[2]
Maçã	10.601	1.037.130[2]
Malva (fibra)	2.700	2.456
Mamona	325.220	230.632
Mandioca	1.154.014	14.009.962
Milho (em grão)	13.057.871	26.753.647
Pimenta-do-reino	...	...
Rami	7.200	14.400
Sisal (fibra)	95.340	71.331
Soja (em grão)	9.018.937	16.537.016
Sorgo (em grão)	140.288	272.035
Tomate	46.789	1.708.656
Trigo	...	...
Uva	48.951	523.959

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **mil frutos;**

[3] **mil cachos.**

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A..

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL